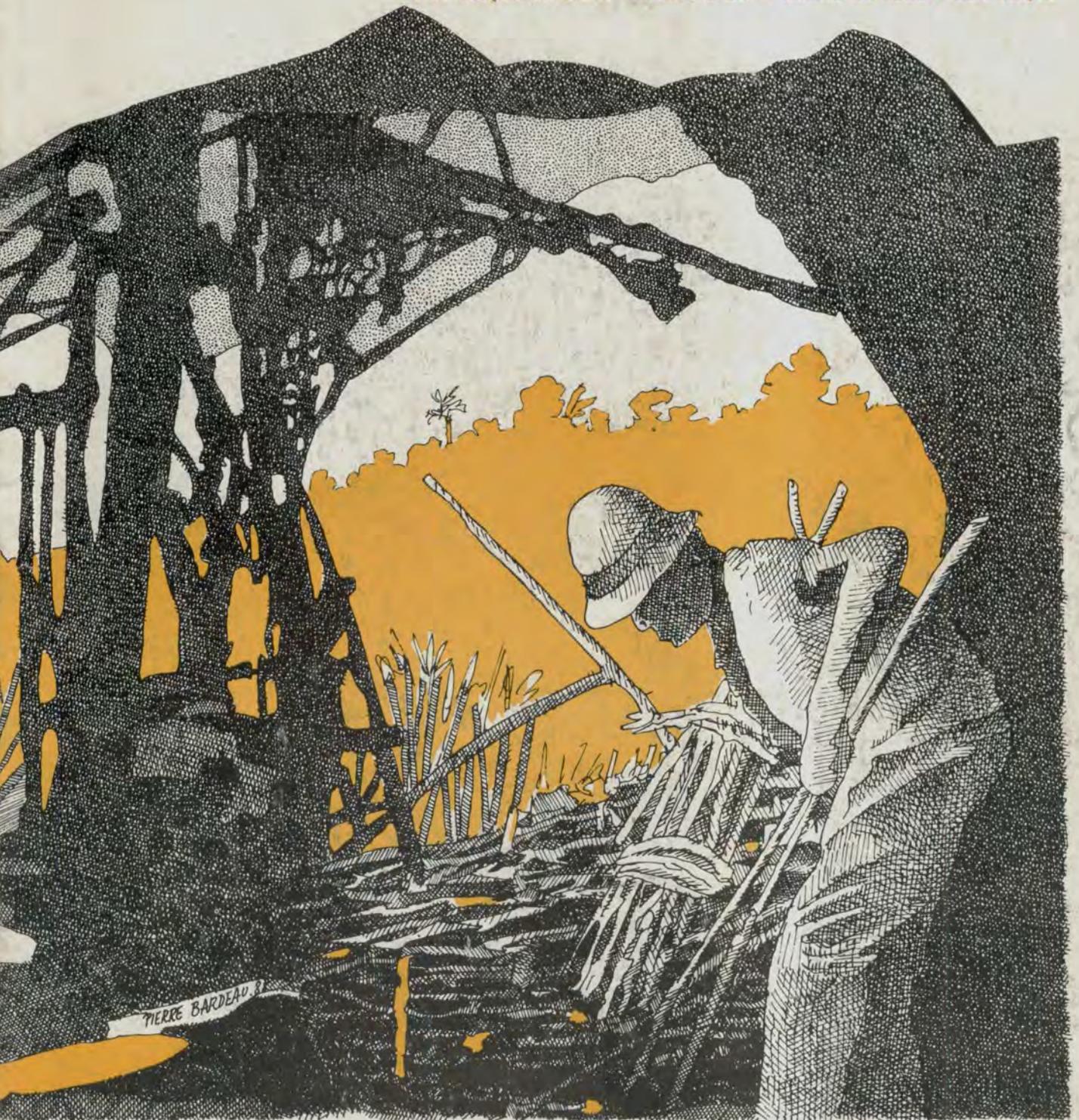


# tempo e presença

Publicação do CEDI • Número 231 • Junho de 1988 • Cz\$ 120,00



CAMPO  
Os desafios da organização

Revista mensal  
do CEDI

Junho 88

CEDI Centro Ecumênico de  
Documentação e Informação

Rua Cosme Velho, 98, fundos  
22241 - Rio de Janeiro - RJ  
Telefone: (021) 205-5197  
Telex: 021 37982 CIED BR

Av. Higienópolis, 983  
01238 - São Paulo - SP  
Telefone: (011) 825-5544  
Telex: 011 26561 ECUM BR

#### Conselho Editorial

Aloizio Mercadante Oliva  
Carlos Rodrigues Brandão  
José Oscar Beozzo  
José Roberto Pereira Novaes  
Luiz Eduardo Wanderley  
Milton Schwantes  
Rubem Alves

#### Editor

Jether Pereira Ramalho

#### Editor Assistente

Marco Antônio Piva

#### Jornalista Responsável

Marco Antônio Piva  
Reg. Prof. n.º 12.911

#### Secretário de Redação e

Editor de Arte  
Flávio Irala

#### Revisão

Rosana de Lima Soares

#### Diagramação e

Secretaria Gráfica  
Marta Cerqueira Leite Guerra

#### Capa

Pierre Bardeau

Esta edição foi realizada com a  
assessoria do Programa  
"Movimento Camponês/Igrejas"  
do CEDI.

Os artigos assinados não  
traduzem necessariamente a  
opinião da revista.

Preço do exemplar avulso:  
Cz\$ 120,00

Assinatura anual:  
Cz\$ 1.000,00

Assinatura de apoio:  
Cz\$ 1.500,00

## Cartas

Recebi o pedido de renovação de assinatura da *Tempo e Presença*. Há anos mantemos um intercâmbio de publicações e poderíamos continuá-lo porque *Tempo e Presença* é muito valiosa para nós. Muitas vezes encontramos reflexões e documentos em sua revista que reproduzimos em inglês para os nossos leitores.

Espero que nosso pedido de manutenção do intercâmbio seja considerado. Ao mesmo tempo, aproveito a oportunidade para felicitar-lhes por este excelente trabalho de vivência cristã no Brasil.

**Ricardo Renshaw**  
**Latin American**  
**Documentation**  
**Lima, Peru**

A direção das Faculdades de Palmas vem através deste ofício expressar agradecimentos pelo encaminhamento da revista *Tempo e Presença* n.º 228, março de 1988.

Na oportunidade, reiteramos protestos de estima e consideração.

**Miraldo de Carli**  
**Palmas, PR**

Sou agente de pastoral e professor municipal e há mais de um ano recebo a revista *Tempo e Presença* que muito me tem ajudado no trabalho. Isso devido a atualidade e linha como os assuntos são tratados.

**Máximo Saraiva Neto**  
**Quixadá, CE**

Escrevo-lhes comunicando o recebimento de vosso material. Da nossa parte estamos muito agradecidos pelo apoio recebido. Desde já o nosso muito obrigado.

Esperamos que continuem colaborando com o nosso projeto, pois para nós isto é muito importante.

**Sirley Antoni**  
**Bibliografia Bíblica**  
**Latino-Americana**  
**São Bernardo do Campo, SP**

Leitor assíduo da *Tempo e Presença* desde o princípio, venho agradecer pelo ótimo serviço que a revista vem oferecendo para a minha atuação pastoral. Falta-me o n.º 226. Ou ela se extraviou no correio ou...? Em todo caso não recebi. Peço o favor de me enviar ainda.

**Hermann L. Mühlhauser**  
**Blumenau, SC**

*Tempo e Presença* é excelente instrumento de estudo e reflexão. Ajuda à minha militância sindical e desafia minha fé e compromisso. Sigam em frente. No momento não posso fazer uma assinatura de apoio, mas faço a normal e ainda divulgarei a revista.

**Carmen Panadés Rubio**  
**Belo Horizonte, MG**

A revista *Tempo e Presença* tem sido uma "novidade" de muito valor num tempo em que a presença do novo, latente nos dinamismos do mundo, deve substituir tantas idéias que já caducaram.

Ultimamente fiquei feliz também com o artigo de

nosso irmão Jaci Maraschin, "Os limites da sexualidade" (n.º 228, março de 1988). Que beleza de reflexão e com que limpidez ela nos é apresentada! Com certeza o puritanismo de muitos do nosso tempo não consegue compreender tamanha liberdade.

**Pe. Eliseu Francisco dos Santos**  
**Jataúba, PE**

#### Erramos

A edição de maio de *Tempo e Presença* saiu com a numeração errada. Onde se lê n.º 330, leia-se n.º 230.

O artigo "Obras do destino: o ambientalismo oficial", da mesma edição, foi extraído da publicação *As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas*, da Comissão Pró-Índio/SP, (no prelo), organizada por Leinad Ayer O. Santos e Lucia M. M. de Andrade. Esclarecemos ainda que Lucia é pesquisadora entre os Asuriní no Tocantins, e não no Xingu como foi publicado.

Os autores das fotos do artigo "Impactos ambientais dos grandes projetos", também da mesma edição, são Gilda Vieira (p. 9) e Marcello Leota (p. 10).

## PUBLICAÇÕES DO CEDI

### PASTORAL PROTESTANTE

Evangelização no Brasil de hoje.....	Cz\$ 300,00
A experiência da fé.....	Cz\$ 400,00
Pão, vinho e amizade.....	Cz\$ 570,00
De dentro do furacão.....	Cz\$ 480,00
Missão e evangelização.....	Cz\$ 220,00

### MOVIMENTO OPERÁRIO

História dos metalúrgicos de S. Caetano.....	Cz\$ 300,00
Trabalhadores urbanos 82/84.....	Cz\$ 680,00
CUT nas campanhas salariais.....	Cz\$ 150,00
Revista <i>Apoio</i> — Os trabalhadores na indústria bélica.....	Cz\$ 100,00

### POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

Volume 3 - Amapá/Norte do Pará.....	Cz\$ 960,00
Volume 5 - Javari.....	Cz\$ 620,00
Volume 8 - Sudeste do Pará (Tocantins).....	Cz\$ 900,00
Povos indígenas no Brasil 83.....	Cz\$ 480,00
Povos indígenas no Brasil 84.....	Cz\$ 680,00
Povos indígenas no Brasil 85/86.....	Cz\$ 1.360,00
Dossiê <i>Terras indígenas no Brasil</i> .....	Cz\$ 450,00
Dossiê <i>Empresas de mineração e terras indígenas na Amazônia</i> .....	Cz\$ 450,00

## Índice

## Campo

- 4 MOVIMENTO SINDICAL RURAL E ESTADO  
Ildes Ferreira de Oliveira
- 6 ACAMPAMENTOS: A EXPERIÊNCIA DOS COLONOS NO SUL DO BRASIL  
Zander Navarro
- 9 O "NOVO" SINDICALISMO RURAL PAULISTA  
Vera Lúcia Botta Ferrante
- 12 PÓLO SINDICAL: O QUE HÁ DE NOVO NO SUL DA BAHIA?  
Luciano Padrão e José Roberto Pereira Novaes
- 14 ELEIÇÕES SINDICAIS: MEDIÇÃO DE FORÇAS  
Antonio Barbosa e José Roberto Pereira Novaes
- 17 EM BUSCA DA "BANDEIRA VERDE"  
Maria Antonieta da Costa Vieira
- 19 LUTA PELA TERRA: NOVOS DESAFIOS ÀS IGREJAS CRISTÃS  
Ivo Poletto
- 22 O CONCEITO DE TERRA PRODUTIVA  
José Gomes da Silva
- 23 CAMPESINATO, ESTADO E PERESTROIKA  
Entrevista com Teodor Shanin

## Anot

- 26 EM 89, O 7º ENCONTRO DAS CEBs BIBLIOTECAS POPULARES NO SERINGAL  
O ASSASSINATO DE SEBASTIÃO LAN

## D. Mauro Morelli

- 27 CÉUS E TERRA...

## Constituinte

- 28 OS DIREITOS DOS ÍNDIOS NA NOVA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA  
Carlos Alberto Ricardo (ed.)

## Igrejas

- 32 O MOMENTO ECLESIAL BRASILEIRO  
José Oscar Beozzo e Jether Pereira Ramalho

## América Latina

- 35 GUATEMALA: O CLAMOR PELA TERRA  
Marco Antônio Piva

## Bíblia hoje

- 37 NÃO HAVIA REI EM ISRAEL  
Nancy Cardoso Pereira

## Livros

- 39 A LEI, O SINDICATO E OS DIREITOS DOS TRABALHADORES  
Neide Esterici

# Enfrentamentos e desafios da organização do campo

*Novamente a questão agrária voltou a ser ponto marcante na luta pela construção de uma sociedade democrática no Brasil. Qualquer possibilidade de se contestar, ainda que de forma tímida, a estrutura fundiária do país arregimenta, fortemente, os grandes proprietários de terra e seus aliados políticos para obstar qualquer progresso com referência aos direitos dos trabalhadores rurais à terra e ao trabalho digno. Nas últimas semanas assistimos estarecidos e revoltados a votação na Assembléia Constituinte do capítulo que trata da reforma agrária. Com uma escandalosa demonstração de força, com o emprego de inimagináveis recursos financeiros, os latifundiários e seus aliados conseguiram fazer retroceder a questão agrária a uma situação ainda mais injusta para os trabalhadores do que no período da ditadura militar, retirando inclusive a base legal para as suas reivindicações. As emendas populares, com milhões de assinaturas, foram simplesmente desrespeitadas e desconhecidas. Os interesses particulares de uma pequeníssima minoria do país, através de artifícios políticos e pressões econômicas, subjugarão os justos e reconhecidos direitos de milhões de brasileiros.*

*A violência contra os camponeses ganha assim outra faceta, além da continuação em escala crescente da eliminação física das lideranças sindicais. O assassinato planejado solertemente e executado descaradamente contra o líder dos posseiros de Cabo Frio, Sebastião Lan, na véspera de seu encontro com o ministro da Reforma Agrária, é um exemplo incontestável desses atuantes mecanismos de violência.*

*A organização dos trabalhadores no campo tem atravessado várias etapas, enfrentando oposições e dificuldades, tendo, entretanto, alcançado um patamar mais elevado de lutas. É verdade que nos últimos anos a questão se tornou complicada. Na chamada "transição democrática" apareceram outros agentes sociais. O movimento*

*sindical, ao mesmo tempo que consolidou-se, dividiu-se em várias tendências. A carência de quadros capacitados para esse momento político ficou mais evidente. A organização das classes patronais, com a liderança da UDR, tornou-se mais eficiente e truculenta. Os projetos de natureza assistencial do Estado, com abundantes recursos econômicos — nacionais e internacionais — passaram a ser concorrentes sérios na mobilização dos trabalhadores rurais. Também, certas estratégias de luta, como a ocupação de terras e assentamentos, mostraram complexidades não previsíveis nos momentos iniciais e necessitam uma avaliação aprofundada e criteriosa.*

*Todos esses desafios ocorrem numa conjuntura de crise econômica e de confusa situação política. O governo não tem um projeto nacional definido — está absolutamente perdido e preso a mesquinhas reivindicações. Os partidos, em sua maioria, estão divididos e sem uma coerente alternativa política. As igrejas também buscam alicerçar posições de amplitude mais duradouras que ultrapassem situações conjunturais. Passamos momentos difíceis que exigem madura discussão política, avaliação dos avanços efetuados e certa clareza nos rumos a serem alcançados. Reconhecê-se que a fase de denúncias, ainda que pertinente, precisa vir acompanhada de propostas alternativas. Essas questões, ainda que de âmbito nacional, atingem de forma mais dramática o campo brasileiro, com aumento do sofrimento, das injustiças e do desrespeito à dignidade de vida.*

*Este número de Tempo e Presença pretende ser um instrumento para ampliar o debate sobre a organização do campo. Apresenta artigos e depoimentos de muitas regiões do Brasil e retrata situações diversificadas. Tenta mostrar, ainda que resumidamente, o momento desafiante em que se vive e renova as esperanças de que a organização dos trabalhadores rurais, no seu inegável fortalecimento, é elemento fundamental para a construção da democracia no Brasil.*

# Movimento sindical rural e Estado

Ildes Ferreira de Oliveira

As mobilizações camponesas ocorridas no Brasil no final da década de 50 e início dos anos 60 foram “contornadas” e “esfriadas” através do sindicalismo rural *permitted* pelas classes dirigentes. Um sindicalismo de estrutura verticalizada, burocrática, atrelada e tutelada pelo próprio Estado. As tentativas de superação desse quadro foram estranguladas pelo golpe militar.

Após 1964, as entidades sindicais de trabalhadores rurais foram transformadas em estruturas de sustentação do Estado e de apoio ao governo, e utilizadas como mecanismos de dominação pela burguesia da época, sendo que a sua feição principal era

de “posto médico” onde se realizavam consultas, distribuíam-se medicamentos etc. Dessa forma, por muito tempo o sindicalismo rural não pode cumprir a sua função histórica.

Na segunda metade da década de 70, no entanto, surgem os primeiros sinais de um “novo sindicalismo” no campo: trabalhadores se organizam, muitas vezes utilizando-se do veneno da própria serpente, como os serviços assistenciais, e começam a expurgar os “corpos estranhos” que estavam dirigindo o movimento sindical. Surgem novas lideranças que ensaiam passos novos, com uma prática voltada para os interesses dos trabalhadores, dando

uma nova feição ao sindicalismo rural. Os mecanismos de controle e de dominação estabelecidos pelas classes dominantes iam, aos poucos, sendo superados.

Ao lado disso, agrava-se a situação econômica dos trabalhadores; o ritmo de concentração da terra continuava firme em todos os 978,3 mil km<sup>2</sup> do Nordeste. De um modo geral, pode-se comprovar depois o quanto era sério o processo de concentração das riquezas: em 1970, o 1% mais rico da população nordestina ficava com 10,5% da renda, passando para 29,3% em 1980; do outro lado, os mais pobres ficavam com 22,4% em 1970 e 14,9% dez anos depois (cfme. *Cadernos do CEAS*, n.º 91, maio-junho 1984).

## Conflitos sob controle

Tínhamos de um lado a ampliação da pobreza e de outro o início do rompimento das correntes que atavam o movimento



Estado: projetos de assistência ao campo para controlar conflitos.



Movimento sindical: problemas com a nova estratégia do governo.

sindical. Este começa a reagir diante de tão grave situação. Prova disso são os conflitos de terra que explodem por toda a parte onde os camponeses demonstram sua capacidade e disposição de resistir e lutar.

As tensões sociais voltam a se manifestar no Nordeste: de um lado, os camponeses lutando pela terra ou reivindicando nas praças públicas medidas contra as secas, política agrícola voltada para seus interesses, reforma agrária etc. e, de outro, os trabalhadores assalariados se organizam e partem para a luta, com movimentos grevistas, por melhores condições de trabalho e de vida.

A burguesia fica assustada. Urge que se adotem medidas eficientes que possam "apagar a fogueira"; providências que venham torpedear e inibir o crescimento e a organização do movimento sindical no campo.

Ainda no final da década de 70, depois de criterioso estudo patrocinado pelo Banco Mundial, inicia-se a execução dos Programas de Desenvolvimento Regionais Integrados (PDRIs) com ações nos setores da produção, armazenamento, comercialização, cooperativismo, educação, saúde etc. junto aos camponeses pobres, através das estruturas do Estado (secretarias de governo e prefeituras), com recursos do próprio Banco Mundial.

Estava claro, para a burguesia, que mantida inalterada a situação no Nordeste, as tensões sociais tenderiam a crescer e poderiam vir a ameaçar a própria estrutura social e política vigente.

### Aperfeiçoamento

A ineficiência governamental e a forma como os programas eram elaborados e executados levaram os PDRIs ao completo fracasso. Sua duração até 1984, no entanto, foi suficiente, com os subsídios que geraram, para o aperfeiçoamento das estratégias e mecanismos de ação. Em 1985, inicia-se a implantação do Projeto Nordeste — o "Nordestão" — idealizado para desenvolver um conjunto de programas nos setores da produção, da saúde, da educação, do associativismo etc. que não foram ainda implementados. O único programa que começou a ser executado foi o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (Papp), que tem o objetivo expresso de erradicar a pobreza no meio rural nordestino no período de quinze anos. O Papp abrange vários segmentos: ação fundiária; recursos hídricos; geração e difusão de tecnologias; comercialização (infraestrutura, informações de mercado); crédito especial; apoio a pequenas comunidades rurais, incluindo ações de organização de comunidades,

atividades produtivas, distribuição de sementes, medidas contra as secas, habitação, centros de serviços e capacitação (área técnica, associativa, sindical etc.).

Se antes os PDRIs eram operacionalizados via estrutura do Estado, agora o Papp atua preferencialmente através das entidades dos próprios trabalhadores rurais: sindicatos, associações civis, cooperativas etc.

Vários outros programas foram criados, nos últimos anos, para "impulsionar o desenvolvimento" no Nordeste. Entre eles, o de maior presença junto aos trabalhadores rurais é o Programa de Apoio às Organizações de Pequenos Produtores Rurais do Nordeste — ou Programa São Vicente —, que atua somente através de entidades de "pequenos agricultores": sindicatos de trabalhadores rurais, associações comunitárias, cooperativas de pequenos produtores etc., com financiamento a projetos comunitários nos setores da produção agropecuária, da comercialização e criação de infraestrutura.

### Novos problemas

Há dois elementos que são comuns tanto ao Papp como ao Projeto São Vicente que merecem maior reflexão: em primeiro lugar, ambos atuam através dos sindicatos de trabalhadores rurais, transformando-os em verdadeiros repassadores de recursos e executores de projetos; seus dirigentes, agora, estão atarefados com elaboração de projetos, administração de recursos, prestação de contas etc. E aqui cabe o depoimento recente de uma liderança de trabalhadores: "A nossa preocupação agora é com a prestação de contas; já foi duas vezes e voltou; agora ficamos sabendo que faltam Cz\$ 3,80 e que sem isso não fecha" (L.C.F., Feira de Santana).

Em segundo lugar, ambos os programas estão fomentando e estimulando a criação de associações civis que possam servir de instrumentos repassadores de recursos. Para se ter uma idéia da dimensão deste "fenômeno", municípios que há três anos tinham nove associações organizadas no meio rural, têm hoje mais de 150. A fundação dessas associações, normalmente orientadas por órgãos governamentais, ocorre sem qualquer processo de discussão dos trabalhadores rurais; muitas vezes se utiliza um estatuto padrão e coletam-se aleatoriamente as assinaturas para a "ata de fundação", podendo-se encaminhar o seu registro formal.

Com essa nova estratégia de ação do Estado, inclusive bastante simpática para os trabalhadores rurais, alguns problemas que

debilitam ainda mais o movimento sindical rural já são identificados:

— as lideranças sindicais, incluindo-se aquelas mais autênticas e combativas, já não dispõem de tempo para se dedicar ao trabalho sindical propriamente dito porque os compromissos com a execução dos projetos são inadiáveis;

— os trabalhadores rurais, hoje, participam de uma ou várias associações na busca de algum benefício. Com isso, já não dispõem de tempo — e até de motivo — para participar das atividades sindicais (reuniões, assembléias, manifestações...);

— os setores das classes dominantes que perderam terreno junto aos trabalhadores, com o avanço do movimento sindical, se recuperam agora através das associações comunitárias. Muitas dessas entidades são criadas por representantes do poder local, com recursos e tudo, facilitando outra vez o controle dos trabalhadores;

— para a massa de trabalhadores não há nenhuma diferença entre o sindicato e a associação, já que ambos agora se apresentam como executores de projetos;

— o isolamento dos sindicatos é cada vez mais visível. Se antes os sindicatos, pelo menos a nível da região, se encontravam com mais frequência para refletir sobre questões de interesse comum e buscar formas conjuntas de luta, hoje os compromissos estabelecidos com os organismos governamentais não lhes permitem manter a articulação no mesmo nível;

— aumenta a cada dia a dependência dos sindicatos junto ao Estado; antes, bem ou mal, eles conseguiam sobreviver. Ao passarem a depender de recursos para projetos, as suas bases de sustentação ficaram em segundo plano e no momento em que faltarem os recursos (e eles faltarão no momento certo!), o colapso é inevitável.

Mas como escapar dessa arapuca?

O movimento sindical parece não ter se dado conta, ainda, de que está entrando num beco sem saída. De um lado, aceitar participar dos projetos governamentais (como executores, repassadores de recursos etc.), está levando ao que mencionamos acima; de outro lado, não participar é deixar o terreno aberto para os representantes das classes dominantes agirem livremente, destruindo inclusive a semente de organização e de luta já plantada.

Torna-se necessário, urgentemente, que o movimento sindical enfrente "de cara" essa nova realidade que se apresenta e, através de um debate crítico e profundo, encontre os rumos que permitam ultrapassar a encruzilhada atual.

---

**Ildes Ferreira de Oliveira** é sociólogo e secretário-executivo do Movimento de Organização Comunitária (MOC), em Feira de Santana (BA).



suas ações mais espetaculares no período inicial (até o final de 1985 e início de 1986) repercutissem, de fato, um amplo enraizamento social e um grau de coesão de seus aderentes talvez sem precedentes na história das lutas sociais no campo. Assim, no Brasil meridional, os movimentos sociais introduziram nesta década um forte conteúdo democrático em relação às experiências passadas, que muitos equivocadamente e apressadamente rotulariam desdenhosamente de “basismo”, mas que o tempo encarregou de mostrar sua vitalidade, como instrumento coesivo e fundamental na montagem de intensa solidariedade entre os sujeitos do processo, mesmo que moldado em formato mítico-religioso, pois a inspiração destas lutas sempre assentou-se, neste primeiro momento, em conteúdos justificadores supra-naturais ou na biografia do distante heroísmo histórico, forte-

mente contraditório e amplamente reconhecido culturalmente no meio rural brasileiro.

Recentemente, por força de sua própria grandeza alcançada nestes anos e devido às inúmeras dificuldades surgidas na “administração” do MST, particularmente aquelas oriundas dos novos assentamentos, além dos acampamentos que passam a ser quase permanentes, mas também por opção política, passou-se a adotar uma estrutura centralizadora e, em muitos casos, vanguardista, acarretando, pela prematura “politização” de suas ações e pelo estancamento de uma fluidez maior na estrutura de poder, uma situação de descompasso crescente entre lideranças e liderados, processo aliás de radicalização que corresponde, em muitos aspectos, aos momentos de força social similar do pré-1964...

Empurrado pela conjuntura desfavorável, por uma estreita política de alinhamento partidário e optando por organizar-se sob forma que se assume mais “moderna” (pois mais “politizada”), mas na verdade sacrificando em larga medida o que de mais promissor desenvolvera, o MST e sua forma principal de luta, o acampamento, encontram-se em relativo impasse presentemente. Saberão, por certo, os trabalhadores sem terra e os pequenos produtores, como reconstruir suas alternativas políticas. Já o fizeram no passado recente, quando em períodos desfavoráveis.

É inegável, no entanto, que este repensar, que começa a ocorrer em variadas instâncias do Movimento, não poderá prescindir de certas facetas típicas deste e de outros movimentos sociais rurais destes anos, e que lhe emprestaram extraordinária força política. Dentre estas, o reconhecimento e incentivo à organização autônoma das mulheres do Movimento, a aceitação, como legítima no mundo cultural, das formas de religiosidade, a integração de lutas específicas, a resolução do “problema do sindicato” etc. Abre-se, em consequência, um outro capítulo da luta social no campo. Para onde aponta? Para a exclusão social, como alguns apostam? Não creio. Os anos recentes têm demonstrado que as classes subalternas, em muitas regiões agrárias do Brasil sabem hoje, melhor do que seus mentores presuntivos, o que fazer para erigir sua cidadania. Sabem também que precisam escolher e saberão, como Gramsci, optar pelas chances de vida.

**Zander Navarro** é professor do Depto. de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e coordenador estadual da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra).



## TRAVESSIA

revista do migrante

Conheça e assine o mais novo lançamento do Centro de Estudos Migratórios! A revista *TRAVESSIA* é uma publicação quadrimestral, de caráter interdisciplinar. Cada número tratará de um tema específico.

Assinatura anual: Cz\$ 500,00 Exterior: US\$ 20

Envie cheque nominal para o Centro de Estudos Migratórios (CEM) — Caixa Postal 42.756 — CEP 04299 — São Paulo — SP

# O novo sindicalismo rural paulista

Vera Lúcia Botta Ferrante

**A**té Guariba, 1984, espaço público de reconhecimento das lutas dos bóias-frias paulistas, aparecia no cenário, quase como único protagonista, um sindicalismo acobertado pelo manto protetor ao assistencialismo, tido como senhor absoluto do comando da prática das direções sindicais.

Face às greves de 1984, as explicações centradas na incapacidade de resistência dos assalariados volantes, dada sua baixa organização e mobilidade de emprego, e na fatalista afirmação de uma fragilidade indiferenciada do sindicalismo rural paulista, revelam-se empobrecidas. A emergência concreta das greves, a história vivida pelos trabalhadores rurais, sem estigmas e/ou modelos apontam para casos novos, a exigir uma rediscussão da relação entre o movimento sindical rural e os momentos expressos na estruturação/eclosão/negociação das lutas.

Evidentemente, o total desconhecimento do passado responde pela visão distorcida implícita no diagnóstico de que os movimentos de Guariba são a primeira demonstração de violência no eito dos canaviais. Entretanto, essa constatação não basta. Há que se refletir sobre o que existe de novo nos caminhos e descaminhos dos movimentos dos bóias-frias em São Paulo, empreitada que nos impõe desafios, não respostas prontas.

A hipótese de um novo sindicalismo, com expressão de vanguarda na região de Ribeirão Preto, não deve ser encarada, pura e simplesmente, como se uma força avassaladora tivesse energizado homogeneamente o movimento sindical rural.

A compreensão de seus rumos distintos exige a opção por uma trilha analítica que trabalhe sobre as diferenças em termos de concepções, trajetórias e desfechos do campo de confronto. Perfis diferenciados de direção sindical cruzam-se com estratégias patronais revestidas de novas roupagens, alimentadas pela busca de controlar o cotidiano de trabalho e da vida, de vigiar os poros da esfera produtiva e reprodutiva dos trabalhadores rurais, de ameaçar de dispensa, sob facetas várias, homens e mulheres bóias-frias, através de "listas negras" de grevistas, de exigência de atestados de esterilidade para mulheres, de utilização acelerada da mecanização poupadora de mão-de-obra.

Na cena, entram outros atores, a imprimir nova montagem ao espetáculo. De um lado, a Igreja, através da CPT, e a CUT são peças constitutivas desse campo de dis-



Folha da Manhã

putas. De outro, a presença do estado, em instâncias e momentos diferenciados — programas emergenciais de frentes de trabalho, projetos de assentamento — desdobrando-se na esfera do poder político local, financiando, através da Secretaria de Promoção Social, e de outros agentes que dão concreticidade à sua atuação, a organização preparatória da campanha salarial, interfere decisivamente no curso dos movimentos. Reforça as garras dos usineiros, busca aproximação com o sindicato, trajetória aparentemente ambígua, mas extremamente significativa para a inteligibilidade do processo.

Face a esse cenário, quais seriam as marcas de mudança das lutas dos bóias-frias em São Paulo? Estariam na renovação das direções sindicais, na instauração de um novo sindicalismo que, sem reproduzir o Modelo Pernambuco, teria se imposto como desafiante legitimado, capaz de dar conta da garra dos trabalhadores? Estaria na construção da identidade dos bóias-frias, no fato dos mesmos terem assumido a especificidade de serem cortadores de cana e/ou na vivência compartilhada do mesmo espaço de sociabilidade?

Face às incertezas, pensemos um pouco mais no movimento concreto dessas lutas

nos últimos anos. Seu acompanhamento nos põe diante de um corte analítico, através do qual revela-se a impossibilidade de se discutir sindicatos como blocos monolíticos, como se aos mesmos estivesse destinada uma dimensão de absoluto comando unitário, por serem os portadores da gestação de uma estratégia de luta para os bóias-frias. Não há, por parte dos protagonistas dessa história, uma ação-resposta homogênea, compartilhada por todo conjunto do segmento.

Não existe necessariamente uma sintonia entre a direção sindical e os caminhos das lutas, assim como não há também um envolvimento nivelador por parte dos agentes direta ou indiretamente envolvidos no campo de confronto, podendo-se criar novos fossos entre a expressão de vanguarda dos sindicalismo e o conjunto dos trabalhadores rurais.

A região de Ribeirão Preto vem sendo um retrato fiel dessa engrenagem descompassada. Tomemos alguns fragmentos dessa diferenciação.

---

### 1984, Guariba: o carro-chefe das greves não é o sindicato

---

As greves de 1984, puxadas por cima das direções sindicais, devem ser compreendidas num quadro em que entram as modificações ocorridas na base produtiva; no circuito de uma modernização acelerada, a concentração de força de trabalho volante em reservatórios espacialmente próximos, as chamadas cidades-dormitórios que

acabam por criar armadilhas aos donos do capital. O peso da identidade econômica da região, a hipótese do bóia-fria ter adquirido um saber marcado pelo exercício continuado de uma atividade no conjunto da produção rural, são fatores a considerar. Devem ser rediscutidos num circuito no qual articula-se a perspectiva de politização de um espaço de sociabilidade compartilhada além do lugar na produção, por homens e mulheres bóias-frias.

O percurso das casas para os eitos dos canaviais, a fala, muitas vezes codificada, usada na ida e volta nos caminhões, as paradas de pontos de ruas, o papo "descompromissado" à beira do balcão dos butecos, podem converter-se no germinal da construção política da identidade dos bóias-frias, processo esse tenso e movido, não tecido espontaneamente, nem provocado pela voz e força de um único mediador, o sindicato...

A assimetria com a direção sindical não deve ser identificada à espontaneidade. A resistência em 1982/83 face à decisão patronal de instituir o sistema de sete ruas pesou na sementeira das lutas. Nesse processo, o comando das ações esteve dividido entre a CPT e o movimento sindical rural que não demonstrou, na hora da colheita, na eclosão das greves, condições para se tornar seu carro-chefe.

Por outro lado, o fato do detonador imediato dos conflitos manifestar-se na reação a um elemento constitutivo do espaço reprodutivo não é expressão de sua menor importância. A idealização de modelos pode impedir a compreensão da caminhada dos bóias-frias paulistas. As mudanças qualitativas das lutas de São Paulo, face às greves do engenho de Pernambuco, não devem ser imputadas à falta de

uma tradição camponesa, hipótese, no mínimo, controversa, mas analisadas em um cenário desigual, no qual atores se movem sob circunstâncias distintas.

No bojo das greves, o campo de disputas e divergências na direção do movimento começa a ter contornos mais nítidos, aparecendo na CUT a expressão do confronto à posição defendida pela Fetaesp.

---

### 1985/1987: na renovação das direções, a busca da retomada de um espaço perdido

---

Nas greves seguintes, a Fetaesp busca reaver a direção do processo, mas já havia efetivamente se instalado uma divisão no interior do movimento sindical rural paulista que vai ter conseqüências nos desdobramentos das lutas e no próprio avanço detectado nas pautas de reivindicações propostas.

A luta pelo emprego na entressafra, reivindicação das greves de janeiro de 1985, exprime um questionamento à insegurança e sazonalidade do emprego volante. Segue-se a ela, dimensões de uma luta pelo controle de produção ou pela inversão de algumas regras impostas no processo produtivo.

Ao avanço das reivindicações, segue-se um crescimento da repressão, tanto a nível da prática patronal, na qual a ameaça de demissão, a formação das "listas negras", alternando-se com o aliciamento de uma força de trabalho trazida de outros estados, possivelmente mais domesticada, quanto a nível do exercício direto de violência policial. As garras empresariais e a violência institucionalizada dos aparelhos do estado demonstram, em suas ações, simbiose e complementariedade.

Entretanto, a garra dos bóias-frias não submerge. Das comissões de greve, que nortearam sua prática por um enfrentamento à direção da Fetaesp, originou-se um processo de oposição e consequente renovação das direções sindicais, mais marcado na região de Ribeirão Preto. De início, procurou-se contornar e negar a existência de uma posição de confronto à Fetaesp. Entretanto, a constatação de que as greves revelaram a inércia do sindicalismo rural paulista exige que a própria Fetaesp ou que alguns setores dela reorientem sua prática. Instala-se uma disputa no processo de formação das oposições sindicais. A Fetaesp, de certa forma, estimula esse processo ou vai sentir-se pressionada, para não perder o comando do movimento para a CUT, a aceitar esse processo. Foram



Bóias-frias: politização na vivência compartilhada.

vitoriosas em várias unidades da região oposições sindicais, que não devem ser vistas necessariamente como portadoras de uma ação política de vanguarda.

Não há, portanto, garantia de uma mudança renovadora da prática sindical, apesar dos avanços do processo de organização dos bóias-frias

Em 1986, sob o efeito anestésico do Plano Cruzado, as reivindicações de estabilidade do delegado sindical, das comissões de greve e de negociações, ainda que não atendidas nas contra-propostas patronais, revelam um crescimento da organização.

Em 1987, há novos contornos. A reivindicação da Fetaesp de concessão de uma área de terra suficiente para plantação de subsistência não se limitou ao âmbito das negociações. A demanda pela terra surgiu, ainda que esporadicamente, nas assembleias de trabalhadores, nas discussões da campanha salarial. Questionou-se a possibilidade da terra compor o campo de necessidades de sua reprodução social e os assentamentos — projetos não isentos de avaliação crítica — têm sido defendidos pela liderança da região, mais legitimada como uma possibilidade de redimensionar as condições de existência dos bóias-frias. A terra tem, nesse contexto, o significado de suprir necessidades de reprodução mal atendidas, não entrando necessariamente como elemento constitutivo de um projeto camponês.

A luta pela terra cria novos impasses. De um lado a Fetaesp parece não ver com bons olhos a encampação dessa reivindicação pelas direções sindicais da região, principalmente num momento em que as forças anti-reformistas organizadas têm todo um arsenal de munição para defender as garras do capital. Entretanto, as “novas” direções, principalmente o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araraquara, não abrem mão da luta pela revitalização dos assentamentos, empreendimento difícil de ser concretizado. De outro, a Faesp aparece dividida no tocante aos acordos firmados no curso dos movimentos grevistas de 1987 e na região, os fornecedores de cana vêm contrariando, na prática, a negociação firmada pelos usineiros. Isso mostra que existem divergências mesmo no interior das organizações empresariais, que não chegam a ter, entretanto, visibilidade e transparência públicas.

Além disso, a incorporação da luta pela terra — tendência não homogênea e uniforme no interior da categoria — pode reforçar o argumento, do qual partilho, de que não existe uma incompatibilidade insuperável entre as lutas dos bóias-frias e os conflitos que envolvem a posse de terra.



Região de Ribeirão Preto: disposição de luta, apesar das direções sindicais.

### 1988: o “novo” sindicalismo cria mitos, reproduz velhas práticas e engendra posições de vanguarda

Na região, o “novo” e o “velho” a nível das práticas sindicais combinam-se ou entram como ingredientes de um quadro extremamente diversificado. Os sindicatos novos, organizados no processo de lutas, não têm necessariamente uma prática instituinte. A substituição das direções gerou, em alguns casos, uma reapropriação do assistencialismo, a superação do sindicalismo de presidente, e em outros casos, nada significativamente mudou. Cai por terra, progressivamente, qualquer afirmação com pretensão generalizante. Não há uma prática instituinte passando todo o sindicalismo que, por outro lado, não pode, em bloco, ser tomado como comitê burocrático gratuito do assistencialismo.

Em rápidas pinceladas, passemos em revista traços de alguns núcleos sindicais.

A CPT pesou no processo de organização dos sindicatos, como em Dobrada e Barrinha, perdendo terreno no segundo caso. Parece centralizar a ação na formação de quadros constituídos por mulheres que se mobilizam por questões reprodutivas, atuando igualmente no processo de gestação e eclosão das greves. Em Barrinha, claramente, constatou-se a politização de um espaço de sociabilidade. Morando perto, discutindo no tempo de trabalho e de lazer, a prática sindical tem fortalecido o trabalho de base, a participação dos trabalhadores na construção da pauta de reivindicações, despontando com perfil inovador.

A CUT, que em 1984 parece ter lançado as sementes de uma diferença de postura face às greves, está, no atual momento, na posição de aprendiz como interlocutora respeitada no processo de campanha salarial. Começa a reintroduzir-se em alguns núcleos, como Bebedouro, sindicato formado por uma base de apanhadores de laranja, estimulando uma educação sindical fermentadora de uma prática instituinte.

Serrana mostrou desde sua formação, em 1985, a influência político-partidária, sendo daí decorrente a disputa da primeira eleição. O presidente vitorioso, ao assumir a diretoria, descarta praticamente os outros membros e convoca extraoficialmente filhos e genros, componentes da chapa perdedora, a assumir em conjunto a direção, cuja prática, permeada por tons personalíssimos, se limita à reprodução das rédeas e regras da Fetaesp.

Guariba, epicentro dos movimentos, continua a ter José de Fátima, estigmatizado como herói e bandido, na direção do sindicato sem sintomas visíveis de oposição sindical. Sob o comando de uma direção inteiramente personalista, sem trabalho de base, sob o peso da repressão sofrida e as marcas do significado de “ser grevista” na região, Guariba passa a ocupar uma posição de retaguarda no movimento sindical rural, embora continue, na representação dos trabalhadores da região, como a expressão mítica da luta, da força, da resistência.

Vera Lúcia Botta Ferrante é professora da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Departamento de Sociologia, Campus de Araraquara.

# PÓLO SINDICAL

## O que há de novo no sul da Bahia?

**Luciano Padrão e  
José Roberto Pereira Novaes**

Os sete hectares de terra, cultivados por Gilmar Evangelista dos Santos e sua família, foram obtidos após uma longa e acirrada luta de resistência na terra. A partir dessa luta localizada, Gilmar ingressou no movimento sindical, tornando-se um dos principais expoentes entre os jovens sindicalistas que hoje militam no campo político da Central Única dos Trabalhadores. Atualmente é secretário do Sindicato de Trabalha-

dores Rurais de Camamu, município pertencente à zona cacauceira do sul da Bahia.

Esta reportagem, baseada num depoimento concedido por Gilmar, relata a experiência de luta e os desafios encontrados pelos sindicalistas da CUT no sul da Bahia para implementação de sua proposta sindical. Ela se contrapõe à ação das entidades de classe patronal e às práticas autoritárias e conservadoras hoje cristalizadas na Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado da Bahia (Fetag) que, atrelada aos projetos governamentais, tem dificultado a construção de uma organização política eficaz dos trabalhadores.

### **Resistência na terra, o sindicato e novos desafios**

Há mais de cem anos, cerca de duzentas famílias de lavradores viviam na área, dedicando-se a uma agricultura de subsistência. Em 1979, a Tratocar e a Santa Luzia Veículos tentaram apropriar-se da área, motivando reação organizada dos trabalhadores que, vitoriosos, conseguiram obter em 1981 a desapropriação da área.

A partir dessa luta, os trabalhadores, apoiados inicialmente pela Pastoral Rural local, começaram a perceber a importância do sindicalismo como instrumento para organização dos trabalhadores rurais, iniciando um trabalho de organização da oposição sindical, na tentativa de afastar uma diretoria cujos membros há mais de vinte anos alternavam-se na direção do sindicato.

Em seu depoimento, Gilmar afirma que o trabalho de oposição se firmou através de um processo de discussões com os trabalhadores para refletir sobre o papel político do sindicato, criando condições para a fundação de delegacias sindicais. "Mesmo contra a vontade da diretoria do sindicato", disputaram e venceram as eleições sindicais. Hoje, afirma Gilmar, "depois de um ano e meio de trabalho no sindicato, já implantamos cinco delegacias sindicais". No entanto, a vitória nas eleições do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Camamu impôs novos desafios.

O sul da Bahia, além de ser uma região tradicionalmente produtora de cacau, tem atraído investimentos de grandes grupos empresariais para implantação de projetos de reflorestamento, plantio de borracha, guaraná etc. A entrada dessas empresas, por um lado, intensificou a luta pela terra ao provocar a expulsão dos pequenos produtores e, por outro, consolidou o assalariamento rural na região. A esse processo de expulsão-proletarização, adiciona-se a situação jurídica das terras, bastante irregular: atualmente, dos 322 mil hectares que compõem a região, apenas 176 mil estão registrados oficialmente, e somente 49 mil estão produzindo. Por outro lado, a arbitrariedade do governo em designar a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacauceira (Ceplac), entidade sob controle dos grandes proprietários de terra, como órgão responsável pela resolução das questões de terra no sul da Bahia, agrava ainda mais a situação.



*Gilmar: desafios na militância sindical.*

Segundo Gilmar, "no campo da luta pela terra nós já tínhamos uma experiência acumulada e localizada, mas, como dirigentes sindicais, tínhamos que sair da nossa luta específica para articular com outros trabalhadores em conflito na região". Mesmo acreditando que o potencial de luta pela terra se expressa pelo grande número de posseiros existentes na região, Gilmar insiste na questão da articulação das lutas e avalia os obstáculos existentes para efetivá-la: "No que diz respeito à luta dos assalariados, nossas dificuldades são maiores. Todo mundo aqui — CPT, Pastoral Rural etc. — só tinha visão de trabalhar com posseiro, com questão de terra, sem ter um trabalho específico com os assalariados. Apesar dessa categoria ser a base dos sindicatos, a maioria do pessoal das diretorias é posseiro. Em Camamu, por exemplo, são quatorze diretores e todos são pequenos produtores e posseiros". Além disso, a mobilidade dos trabalhadores assalariados entre os diversos produtos (cacau, cravo-da-índia, dendê etc.) constitui-se em outro grande problema para a organização dos trabalhadores.

Apesar das diferenças existentes entre os diversos tipos de luta, Gilmar ressalta que os sindicalistas são contrários à separação destas categorias em sindicatos específicos: "Precisamos achar uma forma de unificar a luta dos trabalhadores dentro de um mesmo sindicato". A atual estratégia adotada para solução de tais problemas consiste na implementação de departamentos que funcionam no sindicato. "Criamos o departamento do posseiro e pequeno produtor, onde estamos tentando descobrir uma linha específica para estas categorias, e temos o departamento dos assalariados para discutir suas questões específicas", afirma Gilmar.

### A gestação de alternativas

Um outro obstáculo enfrentado hoje pelos sindicalistas decorre da prática sindical que vem sendo implementada pela própria Fetag e partidos que atuam em seu campo político. Em 1985, por ocasião dos encontros regionais que precederam ao 4.º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, a Fetag, apoiada por alguns sindicalistas, funda o Pólo Sindical da Região Cacaueira. A fundação deste pólo, que abarca 33 municípios, compreendendo 26 sindicatos, foi uma questão polêmica entre os trabalhadores, uma vez que não foram encaminhadas discussões preliminares para determinação de suas funções e finalidades. Segundo Gilmar, "a maioria dos sindicalistas que apoiaram tal proposta era conservadora".

De fato, a Fetag, após a fundação, não deu nenhuma assessoria ou coordenação ao pólo, deixando-o sem funcionar por dois anos. Neste período instala-se na região a UDR, articulando os grandes proprietários de terra e elevando ainda mais o nível de violência. Para enfrentá-los, prossegue Gilmar, "era necessário articularmos os sindicalistas da região para reorganização de nossa luta. Julgamos o pólo como o local privilegiado para nossa ação política, desde que tirássemos de sua direção os sindicalistas atrasados".

Foi iniciado então um trabalho de articulação política "entre sindicalistas mais conseqüentes politicamente e outros não pelegos, mas absorvidos por uma prática assistencialista no sindicato". Estes sindicalistas, num total de dezessete, convocaram uma assembléia do pólo sindical e, com presença de representantes da Fetag, criaram uma coordenação provisória do pólo.

O resultado desta assembléia não atendia aos interesses da federação, que propunha a extinção do pólo sindical por ela criado. Em seu lugar, a Fetag propunha a criação de uma delegacia da federação na região, cujos representantes seriam naturalmente por ela indicados. Abriam-se então, com clareza, as contradições na condução política do movimento sindical. Contradições resolvidas, do ponto de vista da Fetag, com a criação de um outro pólo sindical na mesma região. Hoje, as divergências políticas são explícitas e têm refletido na organização dos trabalhadores.

A federação da Bahia, para Gilmar, além de não procurar estimular o crescimento de um sindicalismo mais atuante na região, tem dificultado sistematicamente a atuação desse sindicalismo. Ela, como outras do Nordeste, com recursos oriundos dos programas governamentais, principalmente do Papp, tem se tornado verdadeiro apêndice da máquina governamental, afastando-se da defesa dos interesses primordiais dos trabalhadores.

Porém, ao que tudo indica, foi no processo de organização dos trabalhadores do sul da Bahia que surgiram lideranças como Gilmar e outras tantas. Participantes das lutas sociais, eles reivindicam e constroem alternativas para o sindicalismo no campo. Estes, acreditamos, retomarão os espaços e lugares usurpados pelos auto-intitulados "representantes da categoria", que, todavia, se encontram há muito distanciados da maioria daqueles que dizem "representar".

Luciano Padrão e José Roberto Pereira Novas são assessores do Programa "Movimento Camponês/Igrejas" do CEDI.

## PUBLICAÇÕES DO CEDI



**IMAGENS DA LUTA — 1905/1985**  
271 páginas, Cz\$ 2.900,00

*Retrata a história do movimento sindical e operário no Grande ABC paulista, especialmente em São Bernardo, através de fotos e textos explicativos. É uma obra para ser lida, vista e guardada como um dos principais documentos de nossa história.*



**TRABALHADORES URBANOS NO BRASIL/82-84**  
199 páginas, Cz\$ 680,00

*Levantamento dos principais fatos que marcaram a vida dos trabalhadores urbanos no Brasil, no período de 1982 a 1984. Traz também análises das conjunturas política, econômica e sindical.*

#### Outras publicações:

- História dos Metalúrgicos de São Caetano
- CUT nas campanhas salariais de 1985

Faça seu pedido através de cheque nominal ao Cedi ou através de vale postal para a Agência de Correio Angélica — SP.

# Eleições sindicais: medição de forças

Os expedientes e artimanhas dos dirigentes sindicais conservadores e a interferência da Delegacia Regional do Trabalho no processo eleitoral no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campina Grande (PB), onde foi organizada uma chapa de oposição, com o apoio da CUT.

**Antonio Barbosa e  
José Roberto Pereira Novaes**

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campina Grande foi fundado em 1963 a partir da confluência de várias lutas pela posse da terra no município, onde se fizeram presentes várias forças políticas como a Igreja, ligas camponesas e partidos políticos.

De Sapé, onde estava implantado o núcleo das ligas camponesas da Paraíba, suas lideranças estendiam o trabalho até a Serra da Borborema, onde está localizada a

cidade de Campina Grande, logo se formando núcleos das ligas por toda a região, que passavam a atuar conjuntamente com a Comissão de Orientação Sindical da Diocese.

### Vinte anos de intervenção

Em Campina Grande, o sindicato e ligas camponesas desenvolviam atividades conjuntas sobretudo no que diz respeito ao

enfrentamento pela posse da terra, diferenciando-se, portanto, de outros municípios onde sindicatos foram criados pela Igreja para combater as ligas camponesas. Com o golpe militar de 1964, os grandes proprietários de terra de Campina Grande passaram a delatar junto ao 23º Batalhão do Exército, sediado em João Pessoa, todas as lideranças do movimento sindical da região. O pessoal da assessoria (técnicos, advogados) foi proibido de



*Sindicato: antes, um instrumento fácil nas mãos dos proprietários.*

atuar no sindicato, várias lideranças foram presas, outras desapareceram, outras ficaram, por muito tempo, obrigadas a prestar depoimentos nos quartéis.

Em 1967, o Exército promoveu a intervenção no sindicato, colocando no lugar do presidente o sr. Euflasino que, posteriormente, efetivou-se no cargo, aí permanecendo até meados de 1988, quando faleceu vítima de um infarto. Com a intervenção, o sindicato perdeu suas características originais e passou a adotar uma política de colaboração com o governo e os grandes proprietários de terra da região e do município.

Por mais de vinte anos o sindicato foi um instrumento fácil nas mãos dos proprietários, marcado pela prática do clientelismo, bem como "trampolim" a serviço das candidaturas da antiga Arena, depois PDS. Ao longo deste tempo, nunca foi possível estruturar um trabalho objetivando renovar o sindicato e, por conseguinte, sua transformação num verdadeiro instrumento de luta em favor dos direitos dos trabalhadores. O sindicato, nas mãos de interventores, se desvinculou das lutas dos trabalhadores da região, transformando-se num mero ambulatório médico/dentário e administrador das aposentadorias dos trabalhadores idosos.

### **O surgimento da oposição sindical**

Durante estes vinte anos de intervenção no sindicato transformou-se a agricultura do município e da região. Os trabalhadores que moravam no interior das grandes propriedades, plantando lavouras alimentares, como arrendatários, foreiros parceiros, foram expulsos para a periferia de Campina Grande. Os proprietários, aproveitando-se dos estímulos governamentais, introduziram a pecuária extensiva em suas terras ou preservaram-na para a produção de alimentos através de precários contratos de arrendamentos, aguçando a oportunidade para transformá-las em áreas urbanas para loteamento.

Para os antigos moradores, agora vivendo na periferia da cidade, tornava-se importante o trabalho na agricultura, como arrendatários, por ser o alimento colhido em suas lavouras produto fundamental para complementação da sua renda familiar.

No início da década de 80, surgiu a primeira resistência dos trabalhadores ao processo de expulsão quando o proprietário da fazenda Ramada quis destruir os roçados dos agricultores para fazer loteamento de suas terras. Os trabalhadores resistiram, porém sua organização não foi sufi-

ciente para mantê-los na terra e foram expulsos. Posteriormente, com o advento da Nova República e o lançamento da sua proposta de reforma agrária (maio de 1985), que priorizava a desapropriação de áreas próximas às grandes cidades com baixos índices de aproveitamento, intensificaram-se as discussões e as reflexões acerca dos trabalhadores rurais, processo que culminou com a criação da Comissão dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de Campina Grande. Estudava-se e discutia-se o Estatuto da Terra, a reforma agrária, o PNRA e o sindicalismo. Este trabalho articulado com a luta de resistência em algumas áreas de conflitos resultou em conquistas importantes, como a desapropriação da fazenda Serrotão Paus Brancos, depois de penosos processos de luta, caracterizados por expulsões, ocupações e acampamentos nas cidades de Campina Grande e João Pessoa.

A diretoria do sindicato sempre esteve ausente dessas lutas no município, e a liderança do movimento se ressentia dessa ausência por entender que através do sindicato teriam melhores condições para a organização dos trabalhadores e para o encaminhamento da luta. Para tornar o sindicato representativo dos trabalhadores era necessário organizar uma chapa de oposição sindical que concorresse às eleições de 17 de abril de 1988, de modo a substituir a política de convivência e a prática assistencialista.

vador: fizeram visitas e reuniões em sítios e lugarejos, acolhendo sugestões e debatendo propostas para a construção de um programa de trabalho para ser executado no sindicato ao mesmo tempo que discutiam com os trabalhadores nomes de representantes da comunidade para compor a chapa. Através deste processo intensificaram-se as discussões sobre a participação do sindicato nas lutas dos trabalhadores.

A construção de uma chapa representativa a partir de discussões sobre questões sindicais nas comunidades provocou, de imediato, forte impacto sobre a diretoria do sindicato, que também articulava a formação de uma chapa para concorrer nas eleições de 17 de abril. Depois de vinte anos de intervenção, surgiu em Campina Grande a primeira oposição sindical. Isso fez com que as eleições sindicais ganhassem importância e passassem a ser preocupação dos partidos políticos, centrais sindicais, DRT, Fetag, igrejas, proprietários de terra. O município foi transformado em palco de acirrada luta política/sindical, à medida em que a classe patronal não queria perder sua influência no sindicato.

O crescimento da chapa de oposição no interior da categoria abria perspectivas concretas de vitória nas eleições, mesmo levando em consideração o pouco interesse que a questão sindical despertava, em virtude do afastamento da diretoria do sin-



*Década de 80: início da resistência contra o processo de expulsão.*

### **A articulação das forças conservadoras**

As lideranças da oposição sindical, com o apoio da CUT, imprimiram ao trabalho para a formação da chapa um caráter ino-

dicato das lutas enfrentadas pelos trabalhadores.

À medida em que aumentavam as chances de conquista do sindicato pela oposição, crescia a articulação das forças con-

servadoras, fazendo aumentar as manobras e irregularidades no interior do sindicato, comandadas pela diretoria do sindicato com a conivência dos patrões, do Estado (através da DRT) e de dirigentes sindicais descomprometidos com as lutas reivindicativas dos trabalhadores.

O processo de manobra iniciou-se pela regularização das carteiras dos associados que deixaram de pagar a contribuição sindical, sem nenhum ônus para o associado, desde que se compromettesse em votar na chapa apoiada pela diretoria do sindicato. Por outro lado, ampliava-se o número de sócios do sindicato sem nenhum ônus para o novo associado, desde que assegurasse seu voto para a chapa da situação. Estas irregularidades eram factíveis porque a diretoria não permitia à oposição ter acesso à lista de sócios em condições de participar do pleito que se aproximava. Enquanto estas irregularidades eram cometidas, dificultava-se as filiações de novos sócios comprometidos com a oposição e cobrava-se taxas exorbitantes como contribuição sindical — variando de Cz\$ 202,00 a Cz\$ 408,00 — dos associados atrasados que desejavam colocar sua carteira em dia para participar das eleições e votar na oposição.

No dia 17 de março, a trinta dias do pleito, a candidata a presidente da chapa da oposição, diante do conjunto de irregularidades comprovadas, enviou à DRT, com certo constrangimento, um documento solicitando impugnações de 50% dos membros da chapa da situação por serem funcionários públicos, portanto não pertencentes à categoria de trabalhadores rurais. Até 27 de abril, a DRT não havia dado nenhum parecer sobre a questão, conforme representantes da chapa de oposição (vide *Diário da Borborema*, 28/04/88). Esta demora comprometia a imparcialidade da DRT nas eleições.

A filiação irregular de novos sócios, estimulada pela diretoria do sindicato, provocava a elevação do quorum mínimo necessário para eleger a nova diretoria sem que o sindicato tivesse a mínima penetração na categoria para assegurar o comprometimento dos novos associados nas eleições. Previa-se a não existência de quorum nas eleições, fato posteriormente confirmado nos escrutínios realizados de 17 a 30 de abril.

Os representantes da chapa de oposição, diante do volume das irregularidades, resolveram deixar transparente estes procedimentos através do lançamento de uma nota de esclarecimento para a categoria quando denunciava as irregularidades das eleições, tais como:

— o registro da chapa da situação com

membros não pertencentes à categoria — funcionários públicos (eletricitários e professores);

— não inclusão na lista de votantes de muitos trabalhadores em condição de votar, inclusive dois candidatos da chapa de oposição;

— lista de votantes erradas, como no Distrito de Catole de Boa Vista, em Boa Vista, onde muitos companheiros não puderam votar, o que caracteriza fraude;

— rasuras nas carteiras dos associados, alterações de números e nomes de pessoas;



Maria Paulo: a coragem da denúncia.

— não foi fornecido pelo sindicato recibos que comprovassem estar o associado quite com as mensalidades.

A inexistência de quorum nos três primeiros escrutínios abria possibilidade de escolha de uma junta governativa eleita em assembléia geral da categoria, por um período de seis meses, para normalizar a situação do sindicato e organizar novas eleições, conforme prescreve a portaria ministerial nº 3150 de 30/04/86, que disciplina eleições sindicais. Antecipando a realização da assembléia sindical para a escolha da junta governativa, os dirigentes da Fetag-PB encaminharam à DRT os nomes dos agricultores que comporiam a junta governativa, ao mesmo tempo que articulavam com a diretoria do sindicato para a realização de uma assembléia geral (restrita), sem ampla divulgação, para referendar a junta proposta pela federação.

A DRT, antes mesmo da realização da assembléia geral, nomeou a junta governativa proposta pela Fetag, em 2/5/88 contrariando as resoluções da legislação em vigor.

Em entrevista concedida ao *Correio da Paraíba*, em 10/5/88, os representantes da chapa de oposição afirmavam “que haviam enviado um documento ao delegado do Trabalho protestando contra a nomeação da junta sem a escolha pela assembléia e salientaram que não aceitavam a posição da presidência da Fetag, que eles consideravam arbitrária e antidemocrática. João Manuel e Pedro da Silva comentavam que não conseguiam entender porque o delegado regional do Trabalho havia aceitado o pedido da Fetag, que estaria ferindo uma portaria do ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, que garante aos trabalhadores escolherem a junta numa assembléia geral”.

Em 10 de maio, realizou-se, dentro das condições acima referidas, a assembléia geral do sindicato, referendando a junta proposta, comprometida com os interesses dos dirigentes sindicais descomprometidos com as lutas dos trabalhadores.

Em 13 de maio, a candidata a presidente da chapa de oposição — Maria Paulo da Silva — afirmava, em entrevista ao *Correio da Paraíba* que “a sua chapa se considerava vitoriosa por ter tido, depois de vinte anos, a coragem de denunciar os desmandos da atual diretoria, a falta de capacidade para dirigir um sindicato de tamanha responsabilidade e o regime de ditadura do coronelismo pelo qual se rege a atual diretoria”. Denunciou ainda que a “chapa da situação é composta por pessoas identificadas com os grandes latifundiários e a UDR, por isso, deve haver oposição para defender os interesses da classe”.

Maria Paulo frisou que “outra grande vitória conseguida pelos membros de sua chapa foi fazer com que a mulher agricultora pudesse se filiar ao sindicato, o que não acontecia antes”. Maria Paulo e todos os membros da chapa de oposição entenderam neste processo que, além de enfrentar a violência da classe patronal, era necessário lutar para desmascarar as lideranças oportunistas e descompromissadas com a categoria e desta forma criar as condições para a construção de um sindicalismo autônomo, independente e representativo.

No dia 2 de junho, a diretoria da chapa de oposição impetrava mandato de segurança contra a decisão da DRT, e por outro lado, assumia publicamente o compromisso de continuar o trabalho de esclarecimento, organização e união da categoria.

Antonio Barbosa e José Roberto Pereira Novaes são assessores do Programa “Movimento Camponês/Igrejas” do CEDI.

# Em busca da "Bandeira Verde"

**Maria Antonieta da Costa Vieira**

O sul do Pará se destaca por ser um cenário privilegiado de violência e luta pela terra. Sempre que se fala em movimentos sociais nesta região a atenção se concentra neste aspecto, o que pode deixar esquecidas outras formas de manifestação de lavradores, igualmente importantes quando se trata de conhecer seus projetos e sua visão de mundo. É o caso de comunidades camponesas existentes na região, que se formaram em torno de uma motivação religiosa, e que se embrenharam na mata a partir da década de 60. Chamadas, na maioria das vezes, de romarias — Romaria do Padre Cícero, da Santina, do Zé Ribeira, Missão da Maria da Praia, Organização do Divino Pai Eterno — e dirigidas por líderes portadores de mensagens espirituais, estas comunidades se dirigiam para a "Bandeira Verde", identificada com a mata virgem. Das comunidades citadas, três se mantêm até hoje.

A Organização do Divino Pai Eterno teve sua origem em Goiânia, em 1962, quando a líder do grupo, dona Ana, que era benzedeira, recebeu uma mensagem espiritual do Divino Pai Eterno de que deveria conduzir uma "romaria" para o Pará, onde deveria construir o "Paraíso do Divino". O grupo, composto de quatorze famílias, instalou-se no município de Santana do Araguaia — onde permanece até hoje — e enfrentou por mais de dez anos uma grande empresa em função de um conflito de terra.

Justino, que dirige os romeiros do Padre Cícero, diz ter recebido do Padre Cícero "em pessoa", há vinte anos atrás, em Rio Preto, às margens do Araguaia, a missão de conduzir o grupo. Há um "ponto final" preparado pelo "padrinho" que abrigará 62 romarias procedentes de várias partes do mundo. Neste local onde "há de tudo" chegarão apenas os que tiverem "merecimento". O caminho que o grupo deve percorrer é indicado pelo Padre Cícero,

que se manifesta através de Justino em transe. Até o momento, os romeiros já passaram por seis "estações", locais onde permanecem por aproximadamente quatro ou cinco anos. Atualmente o grupo reúne cerca de cem pessoas e se encontra na reserva Kaiapó, desenvolvendo intenso relacionamento com os índios Gorotire, para quem trabalham como assalariados, e de quem recebem proteção e assistência.

A Missão de Maria da Praia apresenta características semelhantes aos dois outros grupos. No ano de 1962, em São Miguel do Araguaia, Goiás, Maria José recebeu uma mensagem espiritual de que deveria dirigir-se para "as montanhas, para a mata". Em 1964, ela vai para o Mato Grosso com seus cinco filhos e algumas outras famílias, onde recebe o nome de Maria da Praia por estar acampada às margens do Araguaia. O grupo vai para o Pará à procura de "um lugar de sossego", longe da "devassidão do mundo", que deveria aca-



*Sul do Pará: longe da "devassidão do mundo".*



*Missão Maria da Praia: resistência ao latifúndio.*

bar em catástrofe. Dez anos depois, morre Maria da Praia, sendo substituída por sua filha, Maria Iris. O grupo possui orações próprias que foram deixadas por Maria da Praia. Composto de aproximadamente oitenta pessoas, o grupo resistiu, a partir de 1978, a um fazendeiro que se dizia dono do local onde eles permanecem até hoje, no município de São Félix do Xingu.

### Elementos de análise

Esses grupos não escapam da procura e da disputa pela terra que se trava no sul do Pará. No entanto, para compreender o caráter desta movimentação religiosa de lavradores que vão em direção às “Bandeiras Verdes”, é necessário lançar mão de outros elementos.

Em primeiro lugar seria importante lembrar que as regiões consideradas como “fronteira” se constituem em lugar propício à formulação de utopias. A fronteira marca o limite entre o conhecido e o desconhecido, é lugar do novo, do sonho, do que não é, e portanto do que pode ser. Deste ponto de vista a fronteira pode assumir diferentes significados. Pode ser a terra da abundância, que traz a possibilidade de enriquecimento personificado na figura do pioneiro, imagem que tem servido de referência para colonos do sul que migram para a Amazônia. Certamente a fronteira, concretizada na “Bandeira Verde”, é lugar de realização de um outro projeto.

Para compreendê-lo acredito que seja importante ter em conta as características do campesinato da Amazônia oriental, que inclui parte do Maranhão, de Goiás

e do Pará, e que, a meu ver, apresenta características diferentes de outros grupos camponeses. Na história deste campesinato a relação estabelecida com a terra não se faz necessariamente através da fixação permanente a um espaço determinado. São freqüentes nas histórias de vida das famílias camponesas os deslocamentos que podem ser interpretados como procura de liberdade, como tentativa de preservação da autonomia, valores que estão no núcleo central do projeto de vida desses camponeses. A procura de novas terras, neste contexto, pode significar desvincular-se do que ameaça oprimir, buscando um lugar melhor que pode sempre estar mais adiante.

As comunidades referidas parecem ser um caso limite deste campesinato, onde o projeto de autonomia, que é um projeto familiar, ganha o caráter de projeto coletivo e de utopia. Sua formulação se torna possível através da mediação religiosa. Acredito que seja possível falar na existência de um cristianismo popular referido a uma cultura bíblica, que atinge o nível das crenças e de atitudes profundas. No caso, este seria o grande referencial simbólico que informa a construção do projeto e a organização da vida dos grupos.

### Vida: missão e romaria

A partir da construção deste mundo se estabelece uma fronteira que divide duas realidades. Na fala dos romeiros elas aparecem através de oposições como: o “aqui” e o “lá fora”, a “mata” e os “campos”, a “missão” e o “mundo”. A ida para a “Bandeira Verde” parece representar uma passagem do mundo da cultura para o da na-

tureza, da mata virgem, onde se torna possível construir uma nova vida. Caminhar em direção às “Bandeiras Verdes” parece expressar um sonho de liberdade que assume dois sentidos. Primeiro, o da libertação do cativo, do mundo interpretado a partir das profecias como lugar de devastação que será destruído por catástrofes, fome e pestes. Segundo, o da expectativa de construção de uma vida comunitária nos moldes de uma irmandade, onde existia “sossego, tranqüilidade e fartura”.

Mas a construção desse novo mundo dos romeiros além da fronteira, se faz, na verdade, através da reprodução do antigo. O mundo de “sossego e fartura” reproduz um modo de vida camponês tradicional. Além disso, o que é procura de liberdade, autonomia, no plano temporal se constrói como ordem, obediência, submissão ao mundo espiritual. E é essa dimensão que parece efetivamente atribuir sentido à vida das comunidades, tornando a *migração* para a “Bandeira Verde”, *missão*. É a submissão às ordens espirituais que permite a efetiva libertação, entendida como liberdade do pecado, obtida principalmente através da oração e da penitência. O fruto de todo esse esforço é a possibilidade de salvação. Serão salvos os que tiverem “merecimento”, os que “fizerem por onde”.

A busca de salvação é um processo interior e pessoal; no entanto, ela é vivida coletiva e dramaticamente pelos grupos como caminhada, como romaria, através de deslocamentos espaciais sucessivos. Se nas romarias religiosas a santuários como os de Juazeiro, no Ceará, Trindade de Goiás e outros, os romeiros vivem, num tempo ritual, uma representação, na “Bandeira Verde” a representação se transforma na própria vida. O caminho aparece como sucessão de provas que vencidas tornam possível a salvação. Neste percurso a história é vivida através de uma ótica particular. Ela tem como parâmetro o tempo bíblico que aproxima o começo e o fim do mundo, o tempo do dilúvio dos tempos atuais. A história particular dos grupos passa a ser vivida como história universal, história da humanidade. A idéia de *romaria* cria por um lado uma continuidade, alinhando a vida até um “ponto final”. Mas ao mesmo tempo contém a descontinuidade e o movimento. A cada deslocamento se recria o novo, que reatualiza para o grupo o sentido do caminho. Reafirmando-se a fé num ponto final, se re-significa a história como caminho de salvação.

Maria Antonieta da Costa Vieira é doutoranda em Questão Agrária e Agricultura, na Universidade de Campinas (Unicamp) e colaboradora do Programa “Movimento Camponês/Igrejas” do CEDI.



Vida religiosa: folia na mata virgem.

# Luta pela terra: novos desafios às igrejas cristãs

Jesus Carlos/JORNAL



**Ivo Poletto**

**C**omo entender a contradição entre a afirmação de que a reforma agrária entrou na nova Constituição e o fato de não ter sido dada a mínima atenção à proposta contida na emenda popular subscrita por mais de 1,2 milhões de assinaturas?

Houve, uma vez mais, o esvaziamento do conteúdo político da reforma agrária, afirmando que ela será realizada nas terras devolutas. Em terras devolutas não se faz reforma agrária, mas colonização, com doação ou venda da terra. Reforma agrária é medida política destinada a dar *nova forma* à apropriação da terra, democratizando o que foi concentrado em poucas

mãos. Sempre foi, em todos os países em que foi aplicada, uma reorganização da propriedade de terras agrícolas. No Brasil da UDR e da Constituinte o que está sendo reformado é apenas o conceito da reforma agrária, visando manter inalterado o privilégio do estatuto jurídico da propriedade.

Mas a decisão política da Constituinte revela algo mais grave do que isso: ao ratificar o privilégio de algumas centenas de grandes proprietários, foram excluídos milhões de camponeses e trabalhadores, institucionizando um novo tipo de "apartheid social e político". Se, a partir disso, ainda se puder falar em democracia no

Brasil, ela será somente o exercício privilegiado do poder por parte dos poucos grandes proprietários, em aliança com os demais capitalistas.

Esta é e será a "reforma agrária" da burguesia no Brasil: manutenção — e possível recrudescimento — da tendência de concentração da propriedade da terra, limitada introdução de modernização agropecuária (para dar aparência de ser "produtiva"), especulação fundiária. Com isso, ainda que pareça estranho, se consolidará o casamento entre propriedade territorial e capital: o capital torna-se latifundiário e o latifúndio, uma "empresa capitalista".



Terra, liberdade e cidadania: eixos centrais da luta camponesa.

### Luta pela terra

A terra, contudo, não está sendo atingida apenas pelo movimento político da "reforma agrária" da burguesia. Há um movimento político contrário ao da burguesia: a luta pela terra, praticada obstinadamente pelos camponeses do Brasil. Ao ocupar terras abandonadas, ao forçar desapropriações do poder público, ao defender o direito popular à terra, ao resistir à violência expropriadora do latifúndio/capital, os camponeses lutam, no mesmo movimento, por terra, liberdade e cidadania. O conteúdo de sua ação não é principalmente econômico, nem técnico; é político: está presente um projeto alternativo de sociedade; não um projeto completo, mas expressão camponesa da sociedade desejada e possível de ser construída pelos oprimidos do campo e da cidade do Brasil.

Esta luta pela terra, realizada à margem da "sociedade política" burguesa e pequeno-burguesa, é tão forte que se assemelha a uma guerra de conquista de um território, condição material da afirmação da liberdade e da cidadania. Só em 1987,

por exemplo, a Comissão Pastoral da Terra revela que houve 580 áreas de conflito de terra, envolvendo mais de 667 mil pessoas, objetivando conquistar ou defender mais de 17,5 milhões de hectares de terra. Trata-se de uma área equivalente a quatro vezes o estado do Rio de Janeiro!

Qual a origem desta força popular? Destaquemos, ainda que sem aprofundar, algumas fontes:

a) Faz parte da cultura popular, em sua dimensão ética e jurídica, a idéia de que o direito à terra é o "ferro posto nela" que dá; isto é, o direito à terra nasce do trabalho, da cultura da terra, terminando ao cessar essa relação produtiva; em síntese, pode-se dizer que não há um conceito de propriedade na cultura popular, desenvolvendo-se, ao contrário, a noção de posse;

b) A visão religiosa que perpassa as culturas populares contribui com novos elementos: as culturas indígenas e afro-brasileiras vêem a terra como presente que Deus dá para todos; a fé bíblica no Deus libertador dos oprimidos revela aos lavradores a missão de repartir a terra e a exigência da fraternidade;

c) A extrema necessidade, a pobreza gerada historicamente, confere legitimidade a iniciativas que contrariam leis, revelando o caráter de classe delas, demonstrando a contradição entre o discurso liberal dos proprietários e a realidade social e política de exclusão;

d) A crescente possibilidade e realidade da aliança entre o campo e a cidade, implementada pela rapidez estonteante do êxodo rural forçado, pela presença de trabalhadores rurais nas vilas e pontas de rua das cidades e pela atuação de sindicatos, centrais sindicais, organismos de apoio, partidos políticos e igrejas.

### Conflito pela terra

O conflito entre camponeses — representando os oprimidos — e os grandes proprietários — ligados ao capital — tende a crescer mais. Que desafios isto apresentará às igrejas cristãs?

#### a) Fazer-se presente

O levantamento de conflitos de terra realizado pela CPT revela que as igrejas não se fizeram presentes em mais do que um terço dos 781 conflitos registrados em 1987.

Sabemos que esse dado estatístico pode não expressar a totalidade e a intensidade da presença das igrejas cristãs entre os camponeses e trabalhadores rurais envolvidos em conflitos de terra. Mas são um indicador mais do que seguro para este desafio: as igrejas cristãs, se quiserem juntar mensagem e ação, discurso e prática, deverão aumentar e melhorar sua presença entre os deserdados da terra, participando de sua luta contra a exclusão sócio-política.

#### b) Apoiar a luta pela terra

Já é tempo de as igrejas cristãs lerem esse "sinal dos tempos": o Estado e a burguesia entendem por reforma agrária a ação política em favor da propriedade capitalista, dando à terra forma de mercadoria, transformando-a em oportunidade de especulação e de geração de lucros para uma minoria privilegiada. São contrários e reprimem a luta pela terra levada adiante pelo povo oprimido.

É urgente adequar a ação pastoral das igrejas ao discurso apresentado em seus documentos: assumir a luta pela terra, apoiando e participando nas iniciativas dos "sem terra" que objetivam conquistar terra para viver e trabalhar, derrotando o privilégio e a prepotência dos grandes proprietários. Isso supõe a superação do discurso genérico a respeito de "reforma agrária", pois ele só interessa à burguesia e ao

Estado. Aqui, uma vez mais, se apresenta o desafio radical de Jesus: não se pode servir, ao mesmo tempo, a dois senhores! Não será possível servir aos deserdados que lutam pela libertação da terra e assumir o discurso da UDR a respeito da defesa de toda propriedade que seja "produtiva", esquecendo da morte que pode gerar com toda sua "produtividade". É tempo de clarear o conceito de propriedade utilizado pelas igrejas cristãs, revelando e anunciando o sentido bíblico da terra.

### c) Aumentar a profecia

Não basta, portanto, aumentar a presença junto aos camponeses e trabalhadores rurais. O conteúdo político cada vez mais explicitamente classista do conflito exigirá que a profecia se aprofunde tanto na denúncia dos novos mecanismos ideológicos criados pela burguesia, quanto na denúncia dos desvios ideológicos que geram e aprofundam a divisão dos oprimidos. A partir de uma prática de "caridade militante", sempre aberta ao crescimento, mas sempre fiel às condições históricas da luta popular, será necessário aprofundar a experiência de "o menor que padece acredite no menor", dando passos mais amplos de organização sem desligar-se da luta de todo dia.

### d) Insistir na universalidade

A prática de "pequeno grupo", de "seita de salvos", é algo muito forte entre os cristãos. Se as igrejas cristãs quiserem colaborar com o processo de superação das raízes dos conflitos de terra, deverão testemunhar que acreditam na capacidade dos camponeses, dos trabalhadores rurais e de todos os oprimidos. O desafio teológico-pastoral está em reconhecer a presença das "sementes do verbo" nas diferentes expressões de cultura popular. A salvação é um desígnio divino universal, sinalizado exemplar e eficazmente pelas comunidades dos crentes em Jesus Cristo, realizado por toda ação humana que apressa a construção do Reino de Deus.

Esse desafio é particularmente importante para a Igreja Católica, por ser declarada Igreja de adoção por mais de 85% dos brasileiros: como viver, testemunhar e anunciar a radicalidade do Evangelho na relação com as massas tradicionalmente católicas? Os católicos das CEBs, grupos de evangelho, da pastoral da terra etc., não conseguiram ainda construir meios adequados para relacionar-se com a maioria católica. E isso é indispensável seja para evitar a redução aos limites de uma nova seita, seja particularmente para colaborar de forma mais eficaz com a caminhada de libertação, que inclui como momento de



*Ecumenismo: estímulo às bases das igrejas.*

cisivo e condicionante a libertação da terra.

### e) Servir com alegria

Examinando em particular a relação da pastoral com as iniciativas autônomas dos trabalhadores, surge outro desafio: como alegrar-se em servir sem deixar-se dominar pela tentação da hegemonia e do poder?

Num tempo em que tantos grupos — pequenos ou grandes — lutam pela hegemonia, atrapalhando o processo com alguma forma de vanguardismo, poderiam as igrejas cristãs, ou organismos seus, cair na tentação de cometer o mesmo erro. Só há um caminho eficaz para derrotar o vanguardismo: ampliar a participação das bases como forma de exigir procedimentos democráticos. As igrejas e organismos pastorais têm aqui um quase infinito caminho a percorrer, sabendo-se colaboradores de um processo humano (e não exclusivamente de cristãos) de libertação, que exigirá e gerará os mecanismos políticos necessários para realizar seus objetivos. Saber-se colaborador, e não dono ou cabeça do processo, não significa agir ingenuamente: garantir e promover a autonomia do político-partidário e da ação pastoral das igrejas, por exemplo, tanto os militantes políticos podem questionar a ação dos cristãos e suas igrejas, quanto os cristãos podem questionar a prática dos militantes e dos partidos. Isto será possível se os agentes de pastoral aprofundarem seus conhecimentos do método próprio do campo político e se os militantes partidários tiverem um respeito e compreensão da vida de fé que ultrapasse os limites da instrumentalização.

## Conclusão

\* Ninguém precisa substituir ninguém. A luta pela terra e por uma sociedade democrática e socialista apresenta desafios e tarefas para todos que desejam participar.

Os cristãos, em particular, têm em sua fé motivos e conteúdos mais do que ricos para gerar vida, esperança e coragem no duro caminho da libertação. E têm nas grandes massas cristãs seu primeiro campo de reevangelização, condição praticamente indispensável para se gerar um processo político-popular que resulte na criação de uma nova sociedade.

Esta é uma tarefa tão grande que se torna urgente, mais do que em qualquer outro momento, uma ação conjunta de todos os cristãos.

Poucos passos foram dados em favor de um real ecumenismo na pastoral da terra. Para avançar no caminho entreaberto, será necessário estimular as bases das igrejas cristãs a enfrentarem em conjunto seus problemas sociais e políticos, criando assim condições para que suas igrejas busquem com seriedade a unidade desejada por Cristo.

Não se pode permitir que o caminho aberto e percorrido ecumenicamente seja abandonado pela oposição de quem defende apenas suas instituições. Com a crítica dos que desejam o avanço, vale continuar buscando juntos o melhor jeito de seguir e testemunhar Jesus Cristo, servindo aos oprimidos.

Ivo Poletto é assessor da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

# O conceito de terra produtiva

A reforma agrária aprovada pela Constituinte no primeiro turno de votação não atinge as chamadas terras produtivas. Os trabalhadores rurais protestaram e a UDR comemorou. O uso ideológico da expressão "terras produtivas" venceu até mesmo a definição etimológica do termo. No final, sobraram apenas areiões, charcos e pirambeiras.

**José Gomes da Silva**

O conceito de "produtivo" ganhou grande destaque nos últimos meses como resultado do debate levantado pela *Folha de S. Paulo* a respeito do desempenho dos professores da USP. Atinge, agora, também, a questão agrária, como resultado da aprovação pela Assembleia Nacional Constituinte do parágrafo 4º do artigo 182 da nova Constituição Federal. Referido dispositivo fixa as alíquotas do Imposto Territorial Rural de modo a "desestimular a manutenção da propriedade improdutivo". Essa terminologia, eivada de crassa impropriedade semântica, vinha sendo esgrimida, até agora, com grande liberalidade, apenas pelos dirigentes rurais conservadores, tementes à reforma agrária. Está agora embutida no texto final da nova Carta Magna, o que sobreleva a gravidade do equívoco.

Do ponto de vista agrônomo, a expressão "terra-produtiva" ou "propriedade produtiva", ou ainda "imóvel rural produtivo", é usada para identificar a gleba, o estabelecimento agropecuário ou o imóvel rural que não está sendo utilizado satisfatoriamente, seja no tocante à fração mínima da área, seja no referente à produtividade alcançada. Ultimamente, com o de-

envolvimento da consciência ecológica, a conservação dos recursos naturais e a preservação do meio ambiente também foram introduzidas como referencial para avaliar essa condição de racional aproveitamento, além da simples utilização espacial e do cumprimento da legislação trabalhista, todos exigidos pelo Estatuto da Terra.

## Definição

A importância do conceito reside no fato de que serve para caracterizar o cumprimento da função social (ou da obrigação social, como querem alguns), o que significa a proteção legal contra a desapropriação para fins de reforma agrária.

A advertência aqui feita baseia-se tanto na conceituação oficial adotada pelo IBGE e pelo ex-Incra, como também na definição etimológica do vocábulo.

Na verdade, o IBGE trabalha com "terras produtivas não utilizadas", para identificar as superfícies dos estabelecimentos "constituídas pelas áreas que se prestam à formação de culturas, pastos ou matas e não estejam sendo usadas para tais finalidades". Em outras palavras, trata-se de terras passíveis de aproveitamento agrope-

cuário, mas que não estão tendo utilização econômica. Está claramente embutido na expressão o conceito de que o "produtivo" refere-se à fertilidade ou capacidade de produzir.

## "Área aproveitável"

Assim, de acordo com esse conceito, o IBGE registra para 1980, para todo o país, a área de 24,7 milhões de hectares (praticamente a superfície do Estado de São Paulo) sob a rubrica de "terras produtivas não utilizadas", correspondentes a 1,1 milhão de informantes. A participação paulista, nesse total, é de 346,7 mil hectares para apenas 21,5 mil informantes.

O antigo Incra, em suas Estatísticas Cadastrais, utilizava a expressão "área aproveitável não explorada" para caracterizar "a área total do imóvel excluídas as terras de reserva legal, as terras inaproveitáveis e a área explorada". Com esse critério, identificou em 1978, 161,5 milhões de hectares correspondentes a 2,2 milhões de imóveis rurais. O estado de São Paulo contribuiu aí com 5,2 milhões de hectares e 184.3 mil declarantes.

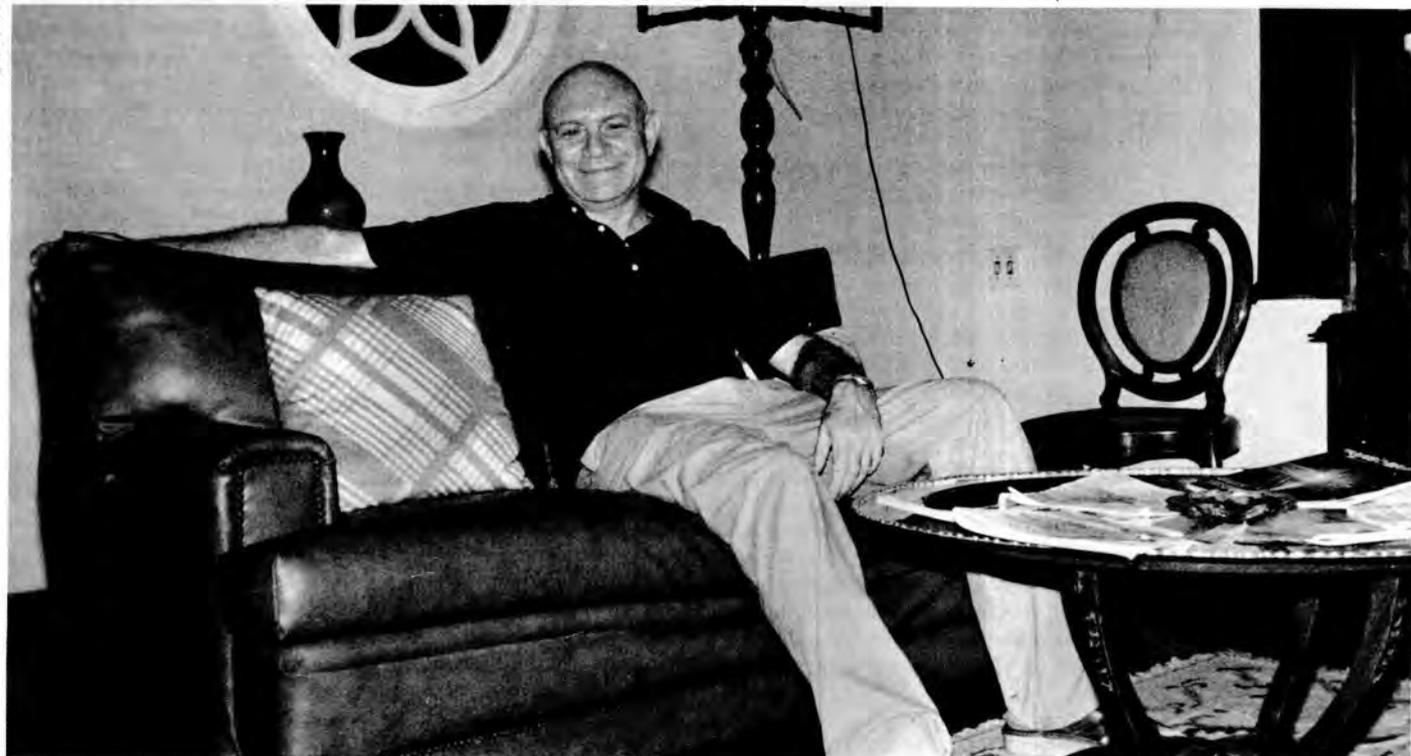
## Charcos e areiões

A confusão alimentada pelos constituintes do chamado "Centrão" peca ainda pela imprecisão etimológica. Segundo Aurélio, "produtivo" quer dizer "que produz, fértil", mostrando claramente uma conotação de capacidade de produzir, de fertilidade intrínseca. Não obstante, a terra, com essa qualidade, pode ter um potencial produtivo, mas não se encontrar sob uso econômico, ou "em utilização", como estabelece o IBGE ou "em exploração" como queria o Incra. Produtivo é o que produz ou pode produzir, fértil, mostrando novamente a conotação potencial e a de fertilidade.

Na prática, a passar o preceito de que terras produtivas não podem ser desapropriadas, restarão apenas, para essa finalidade, as terras improdutivas. E se, eventualmente, os tribunais se fixarem no conceito de fertilidade (mais preciso), ficarão para a reforma agrária apenas os carrascais, charcos, areiões, piçarras e pirambeiras. E isso, é claro, nem os trabalhadores nem a racionalidade aceitarão.

José Gomes da Silva é fazendeiro e engenheiro-agrônomo e foi secretário de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo (Governo Montoro) e presidente do Incra.

# CAMPESINATO, ESTADO E PERESTROIKA



O processo de "reestruturação" da economia soviética — a *perestroika* — tem um admirador insuspeito: o professor de origem russa, Teodor Shanin, chefe do

Departamento de Sociologia da Universidade de Manchester, Inglaterra. Crítico da coletivização stalinista e preocupado em resgatar um outro teórico, Chayanov, fuzilado em 1939, Shanin esteve no Brasil para uma série de conferências sobre as perspectivas da organização camponesa na URSS. Numa pausa de sua maratona brasileira, ele concedeu uma entrevista exclusiva ao Programa "Movimento Camponês/Igrejas" do CEDI.

*TP — O senhor poderia fazer um histórico das medidas tomadas com relação a agricultura no início do século, como foi esse processo de mudanças, os problemas que ocorreram, como isto foi avaliado?*

*Shanin —* Para começar, a revolução de 1917 marcou a situação na qual os camponeses tomaram as terras da nobreza e as dividiram. Não foi uma decisão do governo dá-las; foi a vontade e o poder dos camponeses de tomar a terra. A organização através da qual eles se apoderaram das terras foi a comuna camponesa, que já existia antes da revolução. Na comuna, os camponeses dividiram a terra igualmente, ou seja, de acordo com o tamanho e as necessidades de consumo de cada família, o que a tornou uma organização ainda mais forte.

No primeiro momento após 1917, durante a guerra civil, o governo se apoderou de todo o excedente de cereal das aldeias para alimentar o exército, as cidades etc., sem dar ne-



nhum pagamento em troca. Isto era considerado como imposto. Em 1920, os bolcheviques venceram a guerra civil, mas continuaram a se apoderar de todo o excedente de cereais das aldeias. A reação dos camponeses se manifestou, por um lado, através de rebeliões armadas de massa. Na primeira metade do ano, ocorreram dez grandes rebeliões em dez regiões diferentes da Rússia. Por outro lado, os camponeses pararam de produzir. Sabiam que o governo estava confiscando o excedente e passaram a produzir somente aquilo que necessitavam. O governo tinha acabado de vencer a guerra civil e teve que capitular diante dos camponeses. No congresso do partido, Lênin declarou que era preciso transigir para alcançar o melhor. Foi estabelecido, então, um Novo Programa Econômico (NEP), que aboliu as restrições à economia camponesa. Uma vez que os camponeses pagassem os impostos, poderiam fazer o que quisessem com o excedente produzido.

### *Stálin ordenou que se fizesse uso da força para confiscar o cereal e prender aqueles que não o entregassem*

Por volta de 1922, houve uma rápida melhora no desempenho da agricultura, que começou a crescer voltando em 1925/1926 aos índices de crescimento anteriores à revolução. Mas a quantidade de cereais no mercado era menor do que antes da guerra porque, em parte, os camponeses estavam comendo muito melhor e, em parte, por causa do crescimento da população. Em 1926, teve início um debate sobre quais deveriam ser as medidas seguintes. Havia um consenso entre políticos e estudiosos: o país precisava de uma rápida industrialização. A questão era que lugar teria o desenvolvimento da agricultura neste programa de industrialização. Havia, essencialmente, três alternativas. Uma era deixar os camponeses se desenvolverem, sem se importar com a forma adotada na produção. Os impostos seriam cobrados na medida do necessário para o desenvolvimento da indústria, mas, fundamentalmente, a agricultura permaneceria como estava. A

### *Em 1917, os camponeses tomaram as terras da nobreza e as dividiram. Não foi uma decisão do governo*

segunda alternativa, que foi adotada, era o programa que os russos hoje chamam de coletivização stalinista. Os que defendiam esta alternativa, propunham o aumento do tamanho das unidades de produção, isto é, a reunião dos camponeses em grandes unidades, as fazendas coletivas. Três argumentos eram utilizados a favor desta proposta: primeiro, que toda industrialização começa pela exploração da agricultura e, portanto, era preciso extrair da agricultura o excedente para sustentar o processo de industrialização; segundo que, para ser bem sucedido na industrialização, o país precisava ter uma agricultura altamente produtiva, e o modo de torná-la produtiva era aumentar o tamanho das unidades; terceiro, era que, nas aldeias, os camponeses ricos exploravam os pobres e a coletivização representava um meio de vencer essa injustiça e criar uma sociedade socialista justa.

Em 1926, um grupo de estudiosos da Academia de Ciências Agrícolas, conduzido por Chayanov sugeriu uma ter-

ceira alternativa, que criticava, inicialmente, o pressuposto da coletivização stalinista. Para esse grupo, uma unidade de produção muito grande seria tão ineficaz quanto uma unidade muito pequena. A questão não era de maximização, mas de otimização. Ou seja, para cada ramo da produção deveria haver um tipo e um tamanho de unidade adequados. Esta adequação deveria ser respeitada para melhorar a produtividade na agricultura. Além disso, argumentava o grupo de Chayanov, postos nessas grandes unidades produtivas, os camponeses não seriam, repentinamente, capazes de dirigi-las. Assim, a única forma de dirigi-las seria trazer burocratas de fora e não havia razões para acreditar que um burocrata fosse menos explorador que um camponês rico. Segundo Chayanov, era também um erro básico interpretar o que estava acontecendo como uma questão de opção entre pequenas e grandes unidades. Na verdade, a proposta dele era uma articulação entre unidades de diversos tipos. Alguns dirigentes do partido aceitaram esta proposta como a melhor solução para a agricultura, mas, em 1929, eles foram todos taxados de inimigos do partido e, posteriormente, demitidos dos seus postos. Em 1931, foi preso Chayanov com todos seus amigos. Em 1937, foi executado Bukharin e, em 1939, o próprio Chayanov.

Agora, o que aconteceu realmente no embate com os camponeses foi o seguinte: o ano de 1927 foi razoavelmente bom para a agricultura, mas os camponeses não entregaram cereais porque eles não tinham o que comprar com o dinheiro da venda. Stálin ordenou que se fizesse uso da força para confiscar o cereal e prender aqueles que não o entregassem. Em 1928, houve uma outra escassez e, de novo, Stálin ordenou o confisco dos cereais. Mas, desta vez, não havia excedente porque os camponeses tinham reduzido a produção. A polícia confiscou os cereais deixados para semente, e então houve muitos choques sérios. No ano seguinte, o governo tomou a decisão de coletivizar a agricultura. Inicialmente, os camponeses formaram pequenos coletivos de diferentes tipos: juntavam cavalos, terras vizinhas, coisa pequena, espontânea e vinda de baixo. Estas pequenas formas de coletivização eram chamadas *toz*.

Em 1930, o governo ordenou que se parasse com estas pequenas associações espontâneas, que elas fossem eliminadas porque eram um tipo primitivo de coletivização e era preciso implantar formas mais avançadas. Nos últimos anos, todo mundo começou a compreender que alguma coisa estava muito mal na agricultura, mas nem nas reuniões do Comitê Central a gravidade da crise era plenamente admitida.

Qual é a mudança radical que ocorre quando Gorbachev chega ao poder? Gorbachev recusa-se a não olhar as coisas e ordena às pessoas que vejam, que analisem o que acontece e todo mundo começa a falar sobre a crise na agricultura. Um dos elementos básicos desta rediscussão foi a reabilitação de Chayanov, em agosto de 1987, e de Bukharin, logo depois. Isto significa que a idéia de que há diferentes formas de organização possíveis na agricultura está sendo reavaliada.

TP — *Que medidas estão sendo tomadas pela perestroika na agricultura? Está havendo realmente um estímulo à retomada das unidades de produção familiares?*

Shanin — As transformações que estão sendo introduzidas na agricultura são apenas parte de uma transformação geral de toda a sociedade. Há uma concepção de que a estagnação da economia soviética se deve a erros cometidos que afetam toda a estrutura social e que, portanto, as reformas econômicas só poderão ter êxito se houver reforma social e reforma moral ao mesmo tempo. Gorbachev e sua equi-

pe partilham também a idéia de que é preciso envolver nessas reformas o maior número possível de pessoas e não só aqueles que estão na cúpula. É por isso que Gorbachev denomina suas reformas de revolução intencional e seus adeptos dizem que esta é a mais importante revolução desde 1917. O que se passa na agricultura é apenas parte disso.

Com relação às unidades de produção familiares, está em curso um processo de cooperativização da coletivização. É um pouco como voltar à proposta de Chayanov, mas a partir de uma situação muito diferente. Ele queria organizar as unidades familiares em cooperativas; agora, querem fazer o caminho de volta, ou seja, deixar as fazendas coletivas e voltar ao modelo cooperativo.



Isto é coerente com a concepção de Gorbachev, segundo a qual a questão das formas de organização das unidades produtoras era tratada ideologicamente. Para ele, o país tem que buscar, dentro do socialismo, altos níveis de produção, não importando a forma de organização, desde que não haja exploração de uns homens pelos outros.

TP — Em artigo publicado na revista do Cebrap, o sr. afirma que nos países capitalistas do Terceiro Mundo o campesinato desempenha um papel na acumulação primitiva. Esgotado esse processo, haveria uma tendência à proletarianização?

Shanin — Em primeiro lugar, há uma questão empírica, de saber se o campesinato desaparece de fato ou não. A resposta se obtém observando o que se passou com os diferentes tipos de campesinato. Mas a questão real que informa esta pergunta é saber se o campesinato deve ou não desaparecer. Esta é uma importante pergunta.

Existem quatro possibilidades de formação do campesinato sob condições capitalistas. A primeira é a polarização

que Lênin sugeriu: o camponês rico fica mais rico e o pobre se torna mais pobre; o primeiro se torna capitalista e o segundo, trabalhador assalariado no campo ou na cidade. É claro que quando isto acontece os camponeses desaparecem. Empiricamente, o que se pode dizer é que isto não ocorre na maioria dos casos.

A segunda possibilidade é quando o capital acumulado é drenado para um país imperialista: criam-se trabalhadores, porém não se criam capitalistas. Toda população ligada à agricultura sofre um processo de empobrecimento generalizado, isto é, uma pauperização sem proletarianização, porque não há capital para capitalizar.

A terceira, a mais freqüente, porém não excludente das demais, pode ser caracterizada como uma situação em que o campesinato passa por um processo de especialização. Originariamente, o camponês realiza uma combinação de ocupações, mas num determinado momento histórico da divisão do trabalho, estas ocupações, ou parte delas, passam a ser realizadas pela indústria com os camponeses se tornando puros agricultores. O capital se transfere da produção, deixada a cargo das unidades familiares, e se concentra na exploração através do crédito agrícola, da comercialização etc.

*Para Gorbachev, o país tem que buscar, dentro do socialismo, altos níveis de produção. Não importa a forma de organização desde que não haja exploração de uns homens pelos outros*

A quarta e última é quando o Estado intervém na agricultura e, neste caso, as possibilidades do campesinato variam de país para país. Nos Estados Unidos, o governo apóia as grandes fazendas em detrimento das unidades de produção familiar. Já na Holanda, o governo tem apoiado a pequena produção em vez da grande fazenda. Em todo caso, de forma geral, os governos não gostam de fazendas muito pequenas e tentam eliminá-las. Eu acho que é um erro. As sociedades onde há uma combinação entre grandes e pequenas unidades se mostram mais eficazes. Neste sentido, a agricultura da Itália é mais eficaz que a inglesa, e, no bloco socialista, o mundo húngaro mostrou-se mais bem sucedido que o da União Soviética.



*A experiência mostra que o movimento de quase todo o campesinato não é somente político. Ele é, ao mesmo tempo, político, social e econômico*

TP — O que se pode dizer do potencial político dos pequenos produtores?

Shanin — A força política do campesinato tem que ser pensada considerando-se cada caso específico. Mas há várias coisas que nós sabemos. Primeiro, a força política dos pequenos produtores está relacionada com as estruturas básicas de sua organização. Aqueles campesinatos, por exemplo, que têm aldeias fortes podem oferecer mais resistência e exercer mais pressão. Segundo, é reconhecida a habilidade dos camponeses em mudar suas condições políticas. Terceiro, a experiência mostra que o movimento de quase todo o campesinato não é somente político. Ele é, ao mesmo tempo, político, social e econômico.

## Em 89, o 7º Encontro das CEBs



“Povo de Deus na América Latina a caminho da libertação”. Este será o lema do 7º Encontro Intereclesial das Comunidades Eclesiais de Base, que acontecerá de 10 a 15 de julho de 1989, na diocese de Duque de Caxias (RJ). Espera-se a participação de aproximadamente 2 mil pessoas, incluindo-se uma grande delegação latino-americana. A temática principal do encontro, que terá essencialmente caráter de partilha e celebração, será fundamentada em três grandes linhas: a eclesialidade das CEBs, com ênfase nas suas práticas junto aos setores urbanos e na sua perspectiva ecumênica; a situação da América Latina e o papel das igrejas, com destaque para os aspectos culturais, históricos e sócio-econômicos, assim como os problemas comuns, da dívida-externa, da terra, dos povos indígenas, dos negros etc.; e a Igreja e o processo de libertação, com aprofundamento sobre a questão fé e política.

## Bibliotecas populares no seringal

Enquanto as matas da Amazônia são destruídas, os seringueiros lutam para preservá-las; enquanto o latifúndio avança através da violência, os seringueiros se organizam para resistir. E ali, na distante realidade da floresta, surge o Projeto Seringueiro que, inspirado no método Paulo Freire, está educando adultos e crianças. São onze escolas construídas em mutirão “onde o seringueiro é o professor do outro companheiro seu”.

Mas a distância, o isolamento, os poucos recursos das comunidades, impossibilitam a aquisição de jornais, livros, revistas. Pensando nesse problema, os sindicatos dos

trabalhadores rurais de Xapuri e Brasiléia estão propondo a criação de bibliotecas populares no seringal. Elas se constituiriam num espaço de investigação, consulta e formação de monitores e educandos, possibilitando uma reflexão sobre a realidade local e do país. Os seringueiros solicitam a doação de materiais para compor as primeiras bibliotecas. A contribuição deve ser enviada para:

Centro dos Trabalhadores da Amazônia  
Projeto Seringueiro  
Caixa Postal 389  
69.900 — Rio Branco — Acre

## O assassinato de Sebastião Lan

O contexto que vitimou Sebastião Lan, liderança sindical do estado do Rio de Janeiro, revela, de forma contundente, o descalço do poder público na resolução dos conflitos entre posseiros e grileiros.

A história dos conflitos na fazenda Campos Novos, em Cabo Frio (RJ), teve início em 1968, quando o movimento sindical iniciou a disputa para assegurar às quase trezentas famílias de lavradores o direito à terra que ocupavam há aproximadamente vinte anos.

Os quinze anos que separam o início dos conflitos da primeira iniciativa do extinto Incri, no sentido de regularizar a situação, foram marcados por uma série de violências e tentativas de expulsão contra os posseiros. Em setembro de 1983, o Incri desapropriou parte da área (3 mil hectares) e concedeu a imissão de posse. Outra área de 1,8 mil hectares teve decreto de desapropriação assinado pelo presidente da República sem que, no entanto, houvesse imissão de posse. Esta situação, que perdura até o momento, tem facilitado a ação de grileiros e contribuído para a tensão e ameaças constantes que vêm sofrendo os trabalhadores rurais.

Sebastião Lan, 45 anos, pai de nove filhos e presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cabo Frio, tinha audiência marcada para o dia 8 de junho com Jäder Barbalho, do Mirad, em Brasília. Há três meses, ele denunciava as constantes ameaças que recebia por defender a desapropriação da fazenda Campos Novos, onde era posseiro. As exaustivas denúncias à imprensa e às autoridades não impediram que Sebastião Lan fosse vítima de um atentado no dia 6 de julho, vindo a morrer quatro dias depois.



Cabo Frio: repúdio ao assassinato de Sebastião Lan.



### D. Mauro Morelli

*No princípio de tudo...  
o Amor-Vida em Comunicação.  
A riqueza dos reinos  
e a variedade das espécies  
joram da plenitude.*

*Pirilampos, nos vales,  
e estrelas, no firmamento,  
celebrando a comunicação da vida,  
refletem a beleza da luz.*

*Na imensidão do finito,  
pés fincados na areia,  
pequeno entre tanta grandeza,  
de mãos dadas e coração saltando,  
o filho do homem, em coro, rompe o silêncio:  
"Que é homem, Senhor,  
para dele Vos lembrardes?"  
pois, em mim descubro vossa Sabedoria!*

*Naquela manhã,  
a vida em comunhão se multiplica.  
Na face da Terra cresce e caminha  
a imagem e semelhança do Criador.*

*Na face do tempo...  
a vaidade afusca o brilho dos olhos.  
A soberba rompe o encanto e a harmonia.  
A sabedoria sem amor,  
prende de avareza e cobiça,  
faz nascer a ordem maldita  
do progresso-destruição.*

*No coração do mundo,  
multiplica-se a presença  
da imagem e semelhança do egoísmo,  
princípio do fim.*

*A loucura dos filhos da guerra,  
em conquista insensata,  
aprisiona a fonte da vida,  
corrompendo a natureza  
e destruindo a comunhão.*

*Devastada pela violência,  
prisioneira do capital e do latifúndio,  
geme e sofre a mãe Terra.  
Mendigos e escravos se arrastam,  
em meio a tanta riqueza,  
famintos de um pedaço de pão  
e sedentos de vida.*

*No princípio de um novo tempo,  
no seio da Terra,  
uma semente de libertação  
quebrando os grilhões da morte  
e derrubando cercas e impérios,  
irrompe em nova manhã.*

*O pão e o vinho,  
fruto da terra e do trabalho,  
abençoados e repartidos,  
alegram a vida dos famintos  
que semearam justiça  
para a colheita da paz.*

*Nos mares e rios,  
nos campos e nos ares,  
peixes, animais e pássaros,  
crianças e velhos,  
saltam, dançam e cantam  
celebrando o triunfo da vida  
e o princípio de um novo céu  
e de uma nova terra.*

D. Mauro Morelli é bispo da diocese de Duque de Caxias (RJ).

# Os direitos dos índios na nova Constituição brasileira

**Carlos Alberto Ricardo**  
Editor

Foi votado em primeiro turno na Constituinte, no dia 1º de junho de 1988, o capítulo da nova Constituição brasileira referente aos índios que se soma a outros dispositivos isolados aprovados anteriormente. Uma vez ratificado no 2º turno das votações, o que é provável, terá sido uma grande vitória, que ficou aquém das propostas que o movimento indígena e organizações da sociedade civil haviam submetido ao Congresso, mas que contém garantias fundamentais para os povos indígenas no Brasil.

Apesar da presença ativa durante toda a Constituinte e, exemplarmente, na mesa das negociações finais, de um poderoso lobby anti-indígena em que se aliaram

interesses das empresas mineradoras privadas, da UDR, do Conselho de Segurança Nacional, apoiados em um "bloco amazônico" composto por parlamentares de Roraima, do Pará, de Rondônia e do Amazonas; e apesar de uma campanha em alguns jornais conservadores, de proporções e virulência inéditas, os índios tiveram reconhecidos direitos originários sobre suas terras, direito ao usufruto exclusivo de suas riquezas naturais, capacidade jurídica e condições especiais de proteção contra uma remoção forçada, contra a exploração do subsolo de suas terras ou de recursos hídricos. Direitos culturais foram reconhecidos e o Congresso Nacional passou a ser o fiador de uma nova política indigenista.



*Terminada a votação no Plenário, os índios dançaram e comemoraram defronte ao Congresso.*

## Índios de diferentes povos ficaram de vigília no Congresso...

*cerca de 120 índios de 50 povos permaneceram em Brasília por três semanas, vigiando as negociações e aguardando a votação. Os Kaiapó vieram em maior número e assumiram a linha de frente.*



Carlos A. Ricardo/CEDI

## Acompanharam as negociações...

*o sen. Mário Covas e o dep. Arthur da Távola (na cabeceira da mesa, ao fundo) coordenaram as negociações, na sala de reuniões do Gabinete da Liderança do PMDB, que duraram 18 horas. Resultou uma emenda de fusão, na qual o lobby anti-indígena logrou introduzir no texto ressalvas importantes.*



Carlos A. Ricardo/CEDI

*a emenda de fusão, negociada pelas lideranças partidárias, foi aprovada, em primeiro turno, no dia 1º de junho, por 497 votos (5 contra e 10 abstenções).*

## Assistiram a votação em plenário... e comemoraram

(foto à esquerda)



Leopoldo Siva/AGIL

## Direitos dos índios aprovados em 1º turno

### A) Capítulo VIII - "Dos Índios" (Título VIII da Ordem Social)

**Art. 268** — São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crença e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

**Parágrafo Único** — O aproveitamento dos recursos hídricos, inclusive dos potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada a participação nos resultados da lavra, na forma de lei.

**Art. 269** — As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios são destinadas à sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, fluviais e lacustres nelas existentes.

**Parágrafo 1º** — São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, incluídas aquelas imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem-estar, e as áreas necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

**Parágrafo 2º** — As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas são imprescritíveis.

**Parágrafo 3º** — Fica vedada a remoção dos grupos indígenas das terras que tradicionalmente ocupam, salvo, ad referendum do Congresso Nacional, nos casos de catástrofe ou de epidemias que ponham em risco sua população, e nos casos de interesse da soberania nacional, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer caso, o retorno imediato tão logo cesse o risco.

**Parágrafo 4º** — São nulos e extintos, e não produzirão efeitos jurídicos, os atos que tenham por objetivo a ocupação, o domínio e a posse das terras que trata o parágrafo primeiro deste artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, fluviais e lacustres nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar. A nulidade e extinção de que trata este parágrafo não dão direito de ação ou indenização contra a União, salvo quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé, na forma de lei.

**Parágrafo 5º** — Não se aplica nas terras indígenas o disposto no parágrafo 3º do artigo 203.

**(Parágrafo 3º do artigo 203** — O Estado favorecerá a organização da atividade garimpeira em cooperativas, levando em conta a proteção do meio ambiente e a promoção econômico-social dos garimpeiros. As cooperativas têm prioridade na autorização ou concessão para pesquisa e lavra dos recursos e jazidas de minerais garimpeáveis, onde estejam atuando e naquelas fixadas de acordo com o artigo 23, inciso XXIV, na forma da lei.)

**Artigo 270** — Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa dos seus interesses e direitos, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.

Data: 01/06/88

Votação: 497 a favor, 5 contra e 10 abstenções.

### B) Dispositivos isolados

**Art. 21** — Incluem-se entre os bens da União:

X - As terras ocupadas permanentemente pelos índios.

Data: 07/03/88

Votação: 387 a favor, 11 contra e 6 abstenções.

**Art. 23** — Cabe privativamente à União legislar sobre XIV — (...) populações indígenas.

Data: 06/03/88

Votação: 334 a favor, 2 contra e 3 abstenções.

**Art. 27** — Incluem-se entre os bens dos Estados V - (...) as terras de extintos aldeamentos indígenas.

(Votação p/emenda modificativa do Senador Mário Covas)

Data:

Votação: 250 a favor (sem quorum), 188 contra e 17 abstenções.

**Art. 58** — É de competência exclusiva do Congresso Nacional

XVI - (...) autorizar a exploração de riquezas minerais em Terras Indígenas (emenda de Rubem Figueiró - PMDB/PE).

(Emenda modificativa de Nilson Gibson — PMDB/PE, que suprime "autorizar" por "fiscalizar e controlar".)

Data: 16/03/88

Votação: 399 contra, 35 a favor e 13 abstenções.

**Art. 131** — Aos juizes federais compete proceder e julgar

XI - A disputa sobre os direitos indígenas.

Data: 06/04/88

Votação:

**Art. 152** — São funções institucionais do Ministério Público:

V - defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas.

Data: 12/04/88

Votação: 350 a favor, 12 contra e 21 abstenções.

**Título VII - Da Ordem Econômica e Financeira**  
**Capítulo I - Dos Princípios Gerais, da Intervenção do Estado, do Regime de Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica.**

**Art. 205** — As jazidas, minas e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta do solo para efeito de exploração ou aproveitamento industrial e pertencem à União, garantida ao concessionário ou autorizado a propriedade do produto da lavra.

**Parágrafo 2º** — O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a lavra de recursos e jazidas minerais somente poderão ser efetuados mediante autorização ou concessão da União, no interesse nacional, por brasileiros ou empresa brasileira de capital nacional, na forma da lei, que regulará as condições específicas quando estas atividades se desenvolverem em faixa de fronteira ou terras indígenas.

Data: 28/04/88

Votação: 343 a favor, 126 contra, 17 abstenções e 73 ausentes.

**Capítulo III - Da Educação, da Cultura e do Desporto.**

**Art. 244** — O ensino regular será ministrado na língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização também de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem, no ensino fundamental.

**Art. 251 — Parágrafo Único:** O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras e das de outros grupos participantes do processo civilizatório brasileiro.

Data: 19/05/88

Votação: 433 a favor e 2 contra.

### C) Disposições Transitórias

**Art. 25** — A União demarcará, no prazo de cinco anos, a partir da promulgação dessa Constituição, as terras indígenas, ainda não demarcadas.

**D) Outros dispositivos importantes para a questão indígena.**

Foram aprovados os seguintes dispositivos referentes ao meio ambiente (Título VIII, capítulo VI), salientando-se o artigo 262, parágrafo 1, IV, parágrafo 2 e 4.

**Art. 262 —**

**Parágrafo 1** — ... incumbe ao Poder Público:

... IV — exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental a que se dará publicidade.

**Parágrafo 2** — Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público, na forma da lei.

**Parágrafo 4** — A Floresta Amazônica, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Matogrossense e a Zona Costeira são Patrimônio Nacional e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do seu meio ambiente, inclusive quanto ao uso de seus recursos naturais.

## Primeiras avaliações



Paiakan (Kaiapó)

*"Votaram sim 497. Espero que respeitem o que foi aprovado hoje. Temos que acreditar. Houve participação de todo o mundo. Houve participação dos índios. Tem que ser bom."*



Megaron Mêtuktire (Kaiapó, diretor do Parque Indígena do Xingu)

*"Os brancos têm que respeitar o que eles próprios criaram hoje. Não fomos nós que criamos, nós só estamos marcando presença. O branco que votou, que fez essa lei, vai ter que cumprir. Nós vamos cobrar essa lei que está aprovada aí."*

**Júlio Gaiger**, assessor jurídico do Cimi (Conselho Indigenista Missionário, católico)

*“O aspecto mais importante que resulta do texto aprovado em primeiro turno pelo plenário do Congresso Nacional Constituinte, sobre os direitos indígenas, é que ele estabelece novos marcos para as relações entre os povos indígenas e a sociedade-Estado. O texto aprovado em primeiro turno suprime, definitivamente (enquanto vigorar a nova Carta) a integração dos índios como finalidade da legislação e, ao lhes garantir proteção e respeito à sua organização social, usos, costumes, línguas, crenças e tradições — além de lhes reconhecer seus originários direitos sobre as terras que ocupam — suprime também a política do próprio Estado. Esta política, por outro lado, deixa de pertencer ao monopólio do executivo, como até agora. Parcelas vitais de decisões que afetem as nações indígenas passam a ser determinadas pelo Congresso Nacional, instituição para onde converge a representação da própria sociedade-Estado*

**Carlos Marés de Souza**, advogado, assessor da Coordenação da Campanha “Povos Indígenas na Constituinte” (UNI/Cedi/CPI-SP/Inesc)

*“O texto aprovado em primeiro turno traz alguns significativos avanços em relação à Constituição em vigor: 1) amplia os direitos dos indígenas, reconhecendo sua organização social, seus usos, costumes, tradições, línguas e crenças; 2) considera o direito à terra como originário, isto é, anterior à lei ou ato que assim o declare; 3) conceitua terra indígena, incluindo nela não só aquelas necessárias à habitação, mas à produção, preservação do meio ambiente e as necessárias à sua reprodução física e cultural; 4) pela primeira vez, a nível constitucional, admite a existência de direitos coletivos, seja reconhecendo a organização social indígena, seja atribuindo à comunidade direitos como o de opinar sobre o aproveitamento de recursos naturais e o de postular em juízo; 5) trata com mais detalhes, estabelecendo assim melhores garantias, das questões pertinentes à exploração dos recursos naturais, especialmente os minerais, para o que exige a prévia anuência do Congresso Nacional; 6) proíbe a remoção de grupos indígenas, dando ao Congresso Nacional a possibilidade do estudo das eventuais e estabelecidas exceções; 7) chama os índios*

de “índios”, “comunidades” e “grupos indígenas”.

**Manuela Carneiro da Cunha**, professora de antropologia da USP, ex-presidente da Associação Brasileira de Antropologia (ABA)

*“Vale a pena ressaltar duas inovações conceitualmente importantes. A primeira é que os direitos dos índios sobre suas terras são reconhecidos como direitos “originários”. Este é o reconhecimento de que tais direitos derivam de um fato histórico — o de terem sido os índios os primeiros ocupantes do Brasil — e não, como erroneamente muitas vezes se pensa, da situação de fragilidade e desproteção em que se encontram. São direitos cronologicamente anteriores ao Estado brasileiro, que os reconhece e regula. A segunda inovação conceitual é o abandono de uma perspectiva assimilacionista que entende os índios como uma categoria puramente transitória, destinada a desaparecer com o tempo. Agora, no art. 23, XIV, não se fala mais como nos textos constitucionais anteriores, da competência da União para legislar sobre a incorporação dos silvícolas a comunhão nacional e sim apenas da sua competência exclusiva para legislar sobre as populações indígenas.”*



## Raoni preocupado com o futuro

A equipe de vídeo do CEDI/Vídeo Lontra registrou uma cena que ocorreu logo após a votação do Capítulo “Dos Índios”, em primeiro turno, que resume a situação pós-Constituinte. O cacique Raoni, dos Kaiapó Metuktire, abordou o deputado Tadeu França, presidente da Frente Parlamentar de Apoio ao Índio, no gramado em frente a rampa do Congresso e lhe perguntou quando a Constituição iria ficar pronta, escrita no papel. Após receber a previsão do deputado, Raoni sacou dois mapas de um envelope: um com as cotas de inundação do complexo hidroelétrico do Xingu e outro com os lotes requeridos por empresas de mineração incidentes em terras Kaiapó. Expôs suas preocupações com o futuro e o deputado lhe disse que a partir da nova Constituição a entrada de mineradoras ou a construção de grandes obras vão ter que passar pelo Congresso Nacional e prometeu que, nos casos pertinentes, mandaria avisar os índios. Raoni, que há várias semanas estava de plantão em Brasília para acompanhar a Constituinte, com pressa para voltar logo para sua aldeia no Xingu, gostou da idéia e disse que viria à capital, nesses casos, trazendo cinquenta guerreiros! Somados aos cinquenta parlamentares que integram a referida Frente, as perspectivas são, no mínimo, muito difíceis para que os dispositivos constitucionais aprovados se transformem em realidade. Os índios terão que voltar a Brasília muitas vezes. Terão que contar com apoio técnico e político, dentro e fora do Congresso, a começar para a revisão da legislação ordinária.

# O momento eclesial brasileiro

A necessidade de uma discussão mais aprofundada sobre a conjuntura eclesial brasileira tem levado um grupo de teólogos a promover encontros periódicos de análise e reflexão. *Tempo e Presença* publica o primeiro resultado desses encontros. Trata-se de um artigo abrangente, que revela os principais desafios às igrejas Católica e Evangélicas na atual conjuntura.

**José Oscar Beozzo e  
Jether Pereira Ramalho**

## Na Igreja Católica

### A luta dos negros desafia as igrejas

Neste maio de 1988, há cem anos da abolição legal da escravidão no Brasil, a questão negra voltou a ser tema central, recolocando a nu as desigualdades gritantes da sociedade brasileira, não só em termos econômicos, políticos e sociais, mas também raciais. Trouxe novamente à tona as contradições do Estado, das igrejas, da universidade e dos movimentos populares e partidos em relação à escravidão e às suas seqüelas na sociedade brasileira.

A Igreja Católica, marcadamente negra nas suas comunidades de base, nos seus roteiros e manifestações populares de massa, é ainda hegemonicamente branca na sua hierarquia. São apenas seis bispos, num total de 378, e duzentos padres em perto de 13 mil, ou seja, 1,5% dos bispos e 1,53% dos padres, quando a proporção da população negra e mestiça alcança 45% no conjunto da população brasileira. Entre as religiosas o processo de enegrecimento dos seus quadros vem se processando muito mais rapidamente do que nas congregações religiosas masculinas e entre o clero secular. O grande número de dirigentes negros nas organizações de base da Igreja Católica, os encontros e depois a ar-

ticulação dos negros no movimento União e Consciência Negra, e mais tarde no grupo dos agentes de pastoral negros, a conversão de importantes setores da Igreja para as lutas dos mais pobres, tornou possível o tema *O Negro e a Fraternidade* na Campanha da Fraternidade deste ano.

O fato mais importante é a escolha do tema em si e que a Igreja Católica reconhecesse publicamente seu envolvimento histórico com a escravidão; que a Campanha tomasse um tom penitencial e assumisse a reconstrução das comunidades, da liturgia, da prática pastoral e teológica num compromisso com as lutas e os valores da comunidade negra católica, evangélica e presente nos cultos afro-brasileiros.

As contradições internas ficaram expostas na proposta dos lemas: *Negro, um clamor de justiça*, apresentado pela comunidade negra, *Muitas raças, um só povo*, veiculado pela arquidiocese do Rio de Janeiro, e *Ouvi o clamor deste povo*, escolhido pela CNBB. Pela primeira vez, houve uma divisão pública na organização da Campanha, com a arquidiocese do Rio de Janeiro preparando cartazes, texto-base e subsídios próprios, sendo seguida por várias outras dioceses. A Rede Globo de Televisão veiculou as "chamadas" preparadas pela arquidiocese do Rio de Janeiro e boicotou as da CNBB. O tema tocou no problema central do cotidiano das cama-

das populares, teve acolhida calorosa em certas áreas, suscitou perplexidade e mal estar em outras, foi marginalizado em algumas paróquias.

No dia 12 de maio, nos arcos da Lapa no Rio de Janeiro, trezentos artistas negros apresentaram a *Missa dos Quilombos*, de Pedro Casaldáliga, Pedro Tierra e música de Milton Nascimento. Em 1982, a Missa fora proibida pela Congregação para o Culto Divino. Neste mesmo dia, o Exército reprimiu passeata de 10 mil negros, sob suspeita de que iriam desrespeitar Duque de Caxias, patrono do Exército. Os discursos no Congresso Nacional foram vaiados e boa parte das comemorações oficiais do 13 de Maio foram boicotadas pela comunidade negra que continua insistindo em celebrar o 20 de Novembro, dia da morte de Zumbi, o último chefe dos Quilombos de Palmares, como o dia da consciência negra.

Silenciosamente, pela base, multiplicaram-se os contatos ecumênicos, as celebrações em comum, e passaram a aflo- rar, na liturgia católica, elementos culturais das tradições africanas. Mais de 1 milhão de exemplares do texto-base da Campanha foram distribuídos, sem contar os outros subsídios, cartilhas e livretos preparados pelo movimento negro. Só a longo prazo será possível avaliar todos os efeitos e conseqüências desta CF-88.



D. Pedro Casaldáliga, um dos autores da Missa dos Quilombos.

### Os desafios no campo da política

No plano político, a Igreja Católica esteve sob cerrada campanha dos principais órgãos de imprensa acionados pelos lobbies de mineradores, madeireiras, companhias de terras, por conta do seu apoio, na Constituinte, à demarcação das terras indígenas e à viabilização da reforma agrária.

Dentro da Igreja, o Cimi e a CPT foram os alvos mais diretos da campanha que se desdobrou em atentado à vida de D. Erwin Kräutler, presidente do Cimi, na chacina dos índios Tikuna e na multiplicação dos assassinatos de líderes sindicais e dirigentes de comunidades rurais, além da acusação irresponsável de d. Boaventura Kloppenburg de que a CPT estaria incentivando a luta armada no campo. No sul do país, no centro-oeste, norte e nordeste, vários bispos condenaram publicamente a UDR e sua política de violência no campo e de intransigência frente à reforma agrária.

A declaração da presidência da CNBB sobre a corrupção no governo e o abandono dos compromissos de cunho social e político assumidos na transição democrática, criou impacto, gerando uma resposta imediata do presidente e dando alento à CPI da corrupção no Congresso.

À vitória na Constituinte sobre a maior proteção das terras indígenas correspondeu um forte entrave na questão da reforma agrária, onde a UDR conseguiu subtrair a desapropriação das assim chamadas "terras produtivas" para fins de reforma agrária.

### As relações com Roma

Nas relações entre a CNBB e a Santa Sé subsistem áreas impermeáveis ao diálogo, como a de nomeação de bispos e outras onde vai-se implantando lentamente um processo de consulta e cooperação. Na nomeação dos bispos, deu-se como certa a ida de d. Luciano Mendes de Almeida para a Sé primaz do Brasil, Salvador da Bahia, e o nomeado foi d. Lucas Moreira Neves. D. Luciano já fora preterido para a Sé de Manaus, onde todos os bispos da regional indicaram seu nome, com excessão apenas do bispo de Parintins, que acabou sendo escolhido, pela Nunciatura, como administrador apostólico durante a Sé vacante.

Foi com surpresa e constrangimento que se recebeu a transferência de d. Luciano de São Paulo para Mariana, cidade que parou no século 18 e é considerada das mais conservadoras do país. Mais de cem bispos solicitaram na última assembléia da

CNBB uma discussão aberta sobre os processos de nomeação de bispos, mas faltaram dez votos para que o assunto entrasse em pauta. Muitos deixaram de votar a favor por desânimo. O tema já fora discutido em outras ocasiões e sugestões enviadas à Santa Sé, com resultados aparentemente inversos ao esperado. O povo de Deus, o clero das dioceses, a Igreja local, o colégio de bispos da província eclesial, dos regionais e a própria CNBB vêm sendo mantidos totalmente à margem de escolhas que são determinantes para a vida das igrejas particulares e para o futuro da Igreja.

Noutros campos, vai se instaurando um processo de consulta e negociação. Para a visita aos seminários, onde surgiram tantos impasses e conflitos com a vinda, inclusive, de um cardeal alemão, acompanhado de um bispo argentino e outro português para visitarem a Faculdade de Teologia de São Paulo, em 1985, a CNBB está apresentando uma ou mais ternas de bispos por regionais. Dessas ternas será escolhido, por Roma, o visitador para cada área.

### A reflexão teológica

Também no referente à coleção *Teologia e Libertação*, onde o acordo alcançado em abril de 1986 entre o Comitê Editorial e a presidência da CNBB fora inviabilizado pela indicação, sem prévia discussão, de três outros bispos saídos do Celam (Argentina, Colômbia e México) e de um quarto diretamente da Congregação para o Culto da Fé, chegou-se novamente a um entendimento: a Comissão de Doutrina da CNBB passa a acompanhar o Comitê Editorial, no que tange à ortodoxia dos textos, permanecendo o *imprimatur* sob a responsabilidade do bispo do autor da sede da Casa Editorial. A vigilância da CED da CNBB estende-se ao conjunto da obra, e não apenas aos textos de autores brasileiros.

### A divisão da arquidiocese de São Paulo

Finalmente, na momentosa questão da divisão da arquidiocese de São Paulo, que estava se processando contra a vontade das comunidades, contra o desejo do clero e contra o parecer do colégio episcopal da cidade, a assembléia da CNBB discutiu o assunto, propondo que a questão de São Paulo não fosse resolvida isoladamente e sim no âmbito de problemas semelhantes de todas as regiões metropolitanas do país.

A discussão do assunto a nível de CNBB e também de opinião pública, abriu provavelmente um espaço para a reconsideração da decisão — já tomada — de re-

lhar a arquidiocese de São Paulo. Recortar novas dioceses no próprio tecido urbano, traz o risco de inviabilizar qualquer pastoral de conjunto não só para a região metropolitana mas para a própria cidade, já que se cogitava da criação de dioceses tanto nos municípios de Osasco e Itapeerica, como nos bairros de Santo Amaro e São Miguel Paulista.

Sintomaticamente, a população de Santo Amaro rejeitou há pouco, em plebiscito e por larga maioria, a sua separação do município de São Paulo. Um pouco mais de consulta e de democracia interna na Igreja ajudariam a arejar o ambiente e a diminuir a dose de arbítrio e de erro em decisões que são, finalmente, pastorais e afetam a vida e o destino das comunidades.

## Nas Igrejas Evangélicas

### 2ª assembléia geral do Clai

Continua, em ritmo intenso, a preparação da 2ª assembléia do Conselho Latino-Americano de Igrejas (Clai) que acontecerá em Itaici no final de outubro e princípio de novembro próximos. O tema geral do evento é *Igreja — a caminho de uma esperança solidária*. Espera-se uma assembléia de quatrocentas pessoas, com a participação de mais de cem igrejas, das diversas denominações evangélicas.

Antecedendo a assembléia haverá, em Quito, neste mês de julho, o Encontro Latino-Americano e Caribenho de Organismos Ecumênicos, que reunirá cerca de noventa instituições ecumênicas do continente. O aprofundamento dos laços de solidariedade, debates sobre o sentido de ecumenismo hoje e perspectivas de um projeto ecumênico para a próxima década serão os temas principais. Do Brasil participarão treze grupos ecumênicos. Há uma expectativa muito grande sobre esses acontecimentos que poderão se constituir em grande impulso para o movimento ecumênico.

### Crise na Igreja Eletrônica

No momento em que se anuncia a inauguração, no Rio de Janeiro, da TV Rio, do pastor Fanini, vem a público mais um escândalo produzido pelos televangelistas norte-americanos. Desta vez o protagonista foi um dos mais afamados pastores eletrônicos, Jimmy Swagart, acusado de atos de perversão sexual. Ele possuía um verdadeiro império econômico, mantinha po-

sições políticas reacionárias, inclusive de apoio aos "contras" e ao regime do general Pinochet e defendia uma perspectiva teológica fundamentalista, contrária à teologia da libertação.

A sua queda, que foi continuidade de escândalos anteriores de outros televangelistas, veio mostrar a fragilidade desse tipo de movimento que não tem vinculação orgânica com nenhuma igreja evangélica e que usa os meios de comunicação de massa como a sua arma poderosa.

### Os parlamentares evangélicos

Também nesses últimos meses, esteve em destaque a atuação da chamada bancada evangélica na Assembléia Constituinte. A grande maioria votou sempre a favor das propostas anti-populares, coordenadas pelo "Centrão". Houve, entretanto, exceções de alguns parlamentares evangélicos combativos que se posicionaram com firmeza a favor dos interesses populares. Um elemento positivo é que muitos membros das comunidades locais evangélicas e da própria hierarquia vieram a público repudiar esse comportamento da maioria dos deputados evangélicos, afirmando que eles não têm legitimidade para representar o pensamento das igrejas. O jornal *O Dia*, do Rio de Janeiro, fez uma entrevista com participantes das diversas denominações (Batista, Luterana, Metodista, Congregacional, Assembléia de Deus) que se mostraram revoltados com a posição política da maioria da chamada bancada evangélica.

### O avanço das Igrejas Pentecostais

Esse fenômeno continua chamando a atenção dos meios eclesiais de forma geral. Não resta dúvida de que essas igrejas vão se fortalecendo na zona rural e nas periferias das cidades, atingindo predominantemente as camadas mais pobres da população. Há muitos tipos de igrejas pentecostais: algumas mais institucionalizadas, outras mais autônomas.

A aceitação da sua mensagem e do seu estilo de culto por amplos setores populares está exigindo uma interpretação mais aprofundada e estudada. Os pentecostais já se constituem em força social e política considerável e não podem ser julgados com simplismo. Estão sendo alvo de atenção forte dos políticos conservadores e das esferas governamentais. É fato para reflexão urgente por parte de todas as igrejas.

José Oscar Beozzo é sacerdote católico e historiador. Jether Pereira Ramalho é sociólogo e membro da Igreja Evangélica Congregacional.

# GUATEMALA

## O clamor pela terra

**Marco Antônio Piva**

**E**m 1982, um bispo brasileiro em visita à região centro-americana expressou-me seu espanto pelo encontro que tivera dias antes com o arcebispo da Cidade da Guatemala, cardeal Casariego. Sobre a mesa de seu anfitrião pousava uma foto sorridente do presidente Ronald Reagan. E da boca do cardeal saíram palavras reveladoras de uma hierarquia conivente com os sucessivos massacres de indígenas e preocupada apenas em manter boas relações com o estado militarizado daquele país. De profético (sic) apenas uma frase: "A morte é inevitável, mas tem gente que a procura". Três anos depois, dom Casariego morria.

O caso do cardeal guatemalteco não teria qualquer importância se encarássemos a História como uma estátua de pedra. Ocorre que ela tem elementos que geram uma dinâmica própria de desenvolvimento humano e material. Uma prova disso é a recente carta pastoral da Conferência Episcopal da Guatemala "Clamor por la tierra", que representa um documento histórico para um país envolvido num círculo de violência que já custou mais de 60 mil vidas nos últimos dez anos.

Mesmo sem apontar responsáveis diretos pela dramática situação da Guatemala, os bispos indicam a concentração fundiária como a causa fundamental de "todo problema social". E vão mais longe ao reconhecer que milhares de camponeses foram mortos ou tiveram que abandonar suas terras por tentar uma mudança de estrutura que eles acreditam "necessária e urgente".

A carta, dividida em três partes (situação agrária, iluminação teológica e conclusões pastorais), tem o mérito ainda maior de trazer à tona a realidade de um país que até mesmo os setores mais solidários da sociedade desconhecem ou pouco sabem.

A situação da população indígena da Guatemala assume proporções dramáticas: são 60 mil mortos nos últimos anos. Uma realidade pouco conhecida, até mesmo para os setores mais solidários da sociedade brasileira. Preocupados com a crescente violência, os bispos guatemaltecos divulgaram uma carta pastoral sem precedente na história da Igreja daquele país. Eles denunciam a concentração fundiária e propõem uma nova ordem social.

### O que mudou?

O documento significaria efetivamente uma mudança de postura da hierarquia frente aos graves desafios da realidade social? Esta questão torna-se particularmente complexa se considerarmos a tradicional vinculação dos bispos guatemaltecos com os sucessivos governos militares do

país. Mas, ao contrariar uma trajetória de omissão, eles mostram, pelo menos, uma dose de autocritica que proporciona um avanço: "Fazemos folclore dos ranchos úmidos, distantes e precários... Não reagimos diante do vergonhoso espetáculo de milhares de indígenas sendo transportados sem a menor segurança para cumprir, nas fazendas, uma dura jornada de trabalho



## O massacre de Panzós

No dia 29 de maio de 1978, 119 indígenas Kek'chí foram brutalmente assassinados por soldados do exército guatemalteco e um grupo paramilitar, no município de Panzós, estado de Alta Verapaz, 200 km ao norte da capital guatemalteca.

O massacre aconteceu durante uma manifestação em frente à prefeitura. Os indígenas exigiam o título de propriedade de suas terras, ocupadas há mais de cem anos.

As autoridades locais pediram reforço militar e a chefia do pelotão do exército ficou nas mãos de um latifundiário local, que também reivindicava a posse da terra. Apoiados por um grupo de pistoleiros, os soldados governa-

mentais atiraram indiscriminadamente contra a multidão.

Muitos indígenas, inclusive mulheres e crianças, morreram no parque da cidade. Outros foram arrastados pela correnteza do rio Panzós, quando tentavam escapar da perseguição. Dezenas de feridos morreram por falta de cuidados médicos, já que o exército impediu a entrada da Cruz Vermelha na localidade.

Dez anos depois, o país é governado por um presidente democrata-cristão, Vinício Cerezo, mas a situação dos direitos humanos está "mais grave", conforme denúncia da Comissão Justiça e Paz da Guatemala junto à Comissão dos Direitos Humanos da ONU.

mal paga". E afirmam: "Sobre toda a nação pesa uma grande dívida social".

A dívida social não poderia ser mais clara: 64% das terras estão concentradas nas mãos de 2,29% grandes proprietários, enquanto quase 90% das pequenas e médias propriedades constituem apenas 16,53% da superfície fértil. O setor agroexportador, sob controle dos latifundiários, tem as melhores terras e equipamentos de produção agrícola, produz e comercializa os melhores produtos (café, algodão, banana e carne bovina) e é beneficiado pelos créditos bancários. Na contra-mão, "a imensa maioria carece de terras e os camponeses que alguma coisa têm se dedicam à agricultura de subsistência, plantando milho e feijão... A falta de apoio bancário e de uma adequada preparação técnica conduz a uma exploração da terra mediante um sistema arcaico... Qualquer seca ou mal inverno deixa o campesinato à beira da fome e da morte".

### Primeiro passo

A gritante desigualdade no campo gera uma violência crescente com a expressão do "grito de protesto e o clamor desesperado de centenas de milhares de pessoas". Com esse diagnóstico, os bispos guatemaltecos dizem: "Não se resolve nada se unicamente tratamos de culpar agitadores ou líderes, pois a raiz do mal está na situação social". Nesse contexto, inclusive, lembram o massacre de Panzós, na região de

Alta Verapaz, ocorrido há dez anos e que resultou na morte de mais de uma centena de índios Kek'chí (vide box). Este fato, de inegável importância histórica para as comunidades de base mobilizadas na luta pela terra, foi sistematicamente ignorado pela hierarquia católica, temerosa de provocar choques com a alta cúpula do exército que ordenou o massacre.

Depois de uma bem elaborada "iluminação teológica", onde não faltam citações a Puebla, aos profetas e aos melhores discursos do papa João Paulo II na América Latina, a Conferência Episcopal da Guatemala assinala como primeiro passo "a tomada de consciência da realidade na qual sobrevivem nossos irmãos camponeses". Em seguida, faz um convite à solidariedade e à justiça, aceitando que é "necessária e urgente uma transformação das estruturas sociais pecaminosas e obsoletas de nossa pátria".

A transformação, no entanto, não deve acontecer através da violência "porque esta não é evangélica nem cristã, e sim geradora de mais violência". E a luta, segundo os bispos, se produz no marco da legalidade: "Propomos uma legislação adequada que tenha como meta o bem comum e a defesa do campesinato que é a parte mais débil, mais pobre e mais indefesa de nossa sociedade. Estamos convencidos de que as medidas fora da lei — como a invasão de terra — longe de resolver o problema agrário, podem incrementá-lo, levando a explosões impossíveis de se controlar".

Ao conceber a luta nos estreitos limites de uma legalidade duvidosa, os bispos mostram uma postura excessivamente cautelosa porque excluem do arco de negociação as forças guerrilheiras que representam uma parcela importante do movimento popular. Na conclusão da carta são convidados a "somar forças fraterna e pacificamente" o governo, os partidos políticos, os empresários, os meios de comunicação e também os movimentos leigos católicos, camponeses e indígenas.

De qualquer forma, "Clamor por la tierra" traz um alento às comunidades, antes marginalizadas ou simplesmente esquecidas pela hierarquia. Seu conteúdo de análise da realidade e reflexão teológica fortalece a esperança de uma nova forma de *ser igreja*. Não é um passo maravilhoso e tampouco irreversível. Afinal, o governo, o exército e os latifundiários ainda não se manifestaram claramente sobre a carta. A reação desses setores poderá, inclusive, iniciar avanços maiores da hierarquia. A única certeza é que o nosso bispo brasileiro pode, agora, relativizar seu espanto. Os tempos mudam, a História avança e, certamente, a foto sorridente de Ronald Reagan não está mais sobre a mesa do cardeal.

Marco Antônio Piva é editor-assistente de *Tempo e Presença*. Autor de *Nicarágua — um povo e sua história* (Edições Paulinas).



## Aconteceu

Assinatura anual Cz\$ 400,00

América Latina: US\$ 60

América do Norte: US\$ 85

Europa, África e Ásia: US\$ 100

Faça sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação — Av. Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP.

# Não havia rei em Israel

**Nancy Cardoso Pereira**

Onde estava o poder em Israel? Em algum lugar entre o deserto e as montanhas da Palestina. Disperso e provisório, o poder habitava os acampamentos no justo espaço entre a vida nômade e a vida sedentária. O poder se forjava entre a organização do trabalho na terra de propriedade tribal e o início de um trabalho artesanal especializado. O poder morava entre os acampamentos no campo e um início de cidade, fortaleza murada. O poder se movia entre uma tribo e outra, organizadas em confederação a partir de necessidades concretas de defesa e trocas primárias. O poder se exercia na tensão entre uma assembléia de príncipes e a liderança de um(a) chefe carismático(a). O poder se manifestava entre uma guerra e outra, na diferença exata que existe entre um "exército" de camponeses em armas na defesa da terra e um "exército" de homens especialistas mantidos para o trabalho específico da defesa.

O poder estava na mão de uma mulher ou na cabeça de um homem?

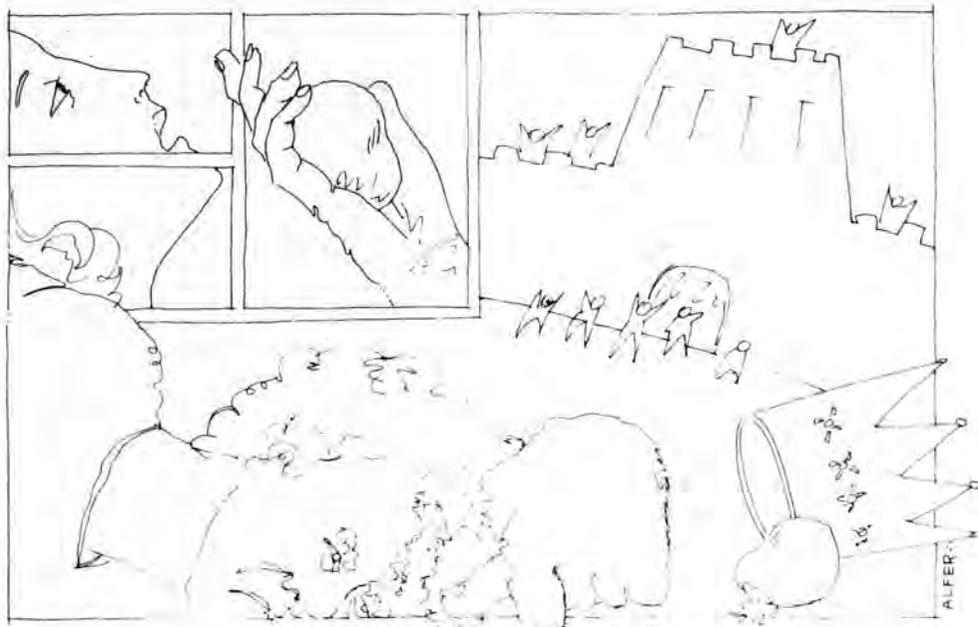
A história está no livro dos Juízes, no capítulo 9.

Todo o livro de Juízes tenta recompor este período anterior à monarquia (1200-1000 a.C.). Diferente dos povos vizinhos, os Filhos de Israel não tinham uma instância de centralização do poder. O livro reúne histórias antigas, de tradições diversas que deixam impressões fortes da vida do povo neste período.

O livro é um panfleto contra a monarquia.

Era uma vez o tempo em que em Israel não havia rei.

O povo fazia o que era mau perante Iaweh e o resultado era a opressão. Daí as muitas guerras, as humilhações, as dificuldades, os aprendizados. Mas Iaweh habitava entre eles, escutava o clamor de seu povo e intervinha. Iaweh levantava um juiz — homem ou mulher — que organizava o povo na defesa da terra, na restauração do projeto de vida igualitária.



E a terra descansava em paz.

Não é uma sociedade idealizada. O livro de Juízes nos fala de momentos de tensão, de violência, de preconceitos, de opções políticas concretas, de projetos de sociedade, de propostas de poder que se chocavam, que se esbarravam. Tempo de transição: as guerras contra os povos vizinhos eram guerras contra projetos políticos de organização da vida social que desconheciam a experiência da saída da escravidão do Egito e a passagem pelo deserto. A frequência destas guerras impunha a necessidade da sistematização do sistema de defesa e conseqüente especialização de um setor social. O desenvolvimento agrícola, com a introdução de novas técnicas, gerava maior produção e excedente criando a necessidade de re-organização das relações de trabalho (em especial no tocante ao trabalho de mulheres) e a formulação de administração do excedente, aqui também através de uma especialização. A relação e troca com outros povos geravam conflitos e mudanças a nível cultural e ideológico, confrontando toda a cultura forjada no deserto.

Era um tempo de mudanças rápidas...

Tão rápidas quanto a pedra na sua trajetória entre as mãos da mulher e a cabeça do homem que queria ser rei.

No tempo em que Israel não tinha reis a ação libertadora de Iaweh acontecia por meio de líderes carismáticos que exerciam a função de organização e centralização provisória de forças e recursos contra uma agressão concreta ou na defesa da roça. Era uma função provisória e limitada.

A duração e legitimidade da ação de "governo" de um juiz ou juíza existia enquanto correspondesse a uma necessidade concreta, a uma exigência concreta por parte das tribos.

Podia ser uma mulher, um homem; um camponês ou uma trabalhadora; um chefe de bando marginal ou uma "dona de casa". O poder estava no meio do povo. Era limitado pelo povo. Tinha sua legitimidade nas necessidades do povo, em suas contradições, aprendizados e transformações.

O poder estava na força da pedra nas mãos de uma mulher no alto da torre contra a cabeça do homem que pela força se fez rei.

## Os movimentos de Abimeleque

Abimeleque quis ser rei. Queria o poder de forma centralizada e permanente. Acompanhar os movimentos de Abimeleque nos ajuda a entender as mudanças e tensões deste período.

### 1º movimento — o lançamento da candidatura

1) Abimeleque se dirige a seus irmãos e aos homens notáveis (Jz 9,1-2);

2) Abimeleque faz sua proposta: o que é melhor — o poder disperso entre setenta homens ou o poder em um só homem?

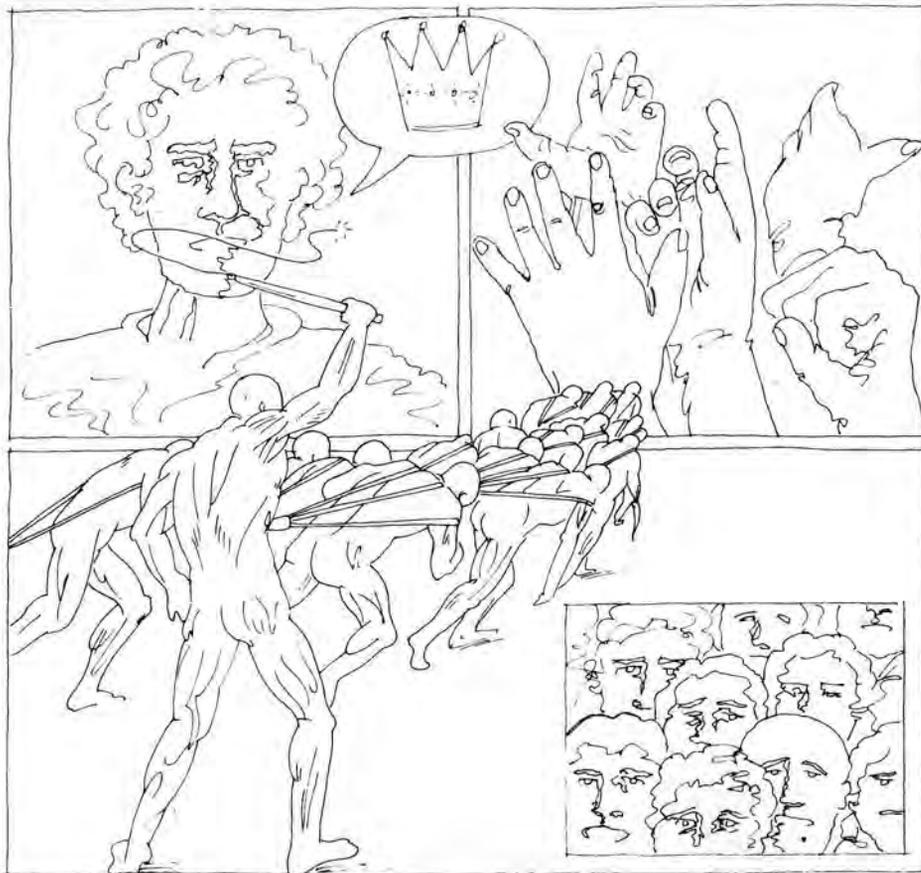
3) Fundamentação da proposta: evoca as relações familiares sugerindo as facilidades do parentesco no poder centralizado ("sou vosso osso e vossa carne", v. 2);

4) A proposta de Abimeleque é aceita (o coração deles se inclinou para Abimeleque, v. 3).

Não é Abimeleque como indivíduo que quer ser rei... Há um setor social que se interessa e que precisa da proposta de centralização do poder que melhor corresponda a seus interesses.

### 2º movimento — a campanha eleitoral

1) Os homens notáveis dão setenta siclos de prata para Abimeleque (v. 4);



2) Abimeleque contrata homens vadios e aventureiros para concretização de seu plano (v. 4).

Estes dois fatores introduzem duas novidades: acúmulo de dinheiro (no templo de Baal-Berit, v. 4) que é controlado pelos notáveis; a contratação de uma "força armada" profissional e mercenária em contraposição à defesa "informal" que até então era praticada.

### 3º movimento — colégio eleitoral

1) Abimeleque tenta destruir e inviabilizar qualquer oposição a seu futuro governo (mata seus irmãos... setenta homens, v. 5);

2) Só um dos irmãos se salva porque estava escondido (ver Apólogo de Jotão, vv. 7 a 20).

### 4º movimento — a posse

1) Os homens notáveis se reúnem e proclamam Abimeleque como rei.

### 5º movimento — tentativa de golpe

A união de interesse entre Abimeleque e os homens notáveis é frágil e vai durar pouco tempo (v. 23). Corrupção e traição vão reinar entre os dominantes que chegam ao enfrentamento armado (v. 39).

Abimeleque se impõe com sua força armada mercenária (v. 40).

### 6º movimento — a duração do mandato: 3 anos

1) Sem o apoio dos homens notáveis, Abimeleque busca ampliar seu poder com violência: emboscadas no campo (v. 43) e ataques na cidade (v. 45).

Abimeleque se aproxima de Tebes (v. 50).

Homens e mulheres correm do campo para a cidade. Todos — inclusive os notáveis de Tebes — se refugiam na torre fortificada (v. 51). Fecham a porta e sobem para o terraço (v. 51).

Abimeleque aproxima-se da torre.

Onde está o poder?

De cima da torre, o povo assustado.

Abimeleque se fez governo pela violência, pela repressão, pela eliminação da oposição, pelo acordo entre os notáveis, pela contratação de força armada mercenária, pela troca de favores em esquema familiar.

Na torre, amedrontados e frágeis, estão o povo trabalhador e os notáveis, que nesse momento se juntam contra a violência da tentativa prematura de monarquia. Guardadas as devidas diferenças, no alto da torre está a resistência da proposta de um poder descentralizado. Proposta com contradições e limites, mas que garante espaço para organização e ação coletiva.

O poder oscila e balança no espaço vertical da torre, no espaço entre duas propostas de governo, duas possibilidades de organização do poder.

Era o tempo em que Israel não tinha rei.

A mulher se aproxima da beirada do terraço e olha para baixo. Vertigem e medo. A mulher sente a história acontecendo, as opções diante dos olhos, a pedra de moinho nas mãos.

A mulher joga a pedra...

A pedra cruza o espaço estendido de poderes.

Abimeleque cai, mortalmente ferido (v. 53).

Era o tempo em que não havia rei em Israel.

Quando viram que Abimeleque estava morto (morreu de pedrada de mulher, de espada ou de vergonha?, v. 54) foram-se cada um para sua casa.

Nunca mais se tem notícias desta mulher. Ela deve ter voltado para casa emocionada e falante entre as amigas.

O governo se fez manifesto pelas mãos de uma mulher (v. 56). Poder provisório, legítimo, na defesa da vida do povo. Poder popular.

Nancy Cardoso Pereira é pastora metodista.

# A lei, o sindicato e o direito dos trabalhadores

OS DESERDADOS DA TERRA

Margarida Maria Moura, Ed. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1988, 250 pp., 14x20,8 cm.



## Neide Esterci

A literatura moderna retomou de forma promissora o debate a respeito das leis, de sua aplicação e do que elas expressam em termos dos interesses conflitantes das classes sociais. Ultrapassando interpretações simplificadoras, chegou-se à compreensão dos códigos jurídicos como linguagem de argumentação e dos sistemas legais como espaços privilegiados de expressão do conflito entre as classes.

Em *Os deserdados da terra*, Margarida Maria Moura contribui efetivamente para o debate acerca da lei e do sistema judicial a partir da análise concreta dos conflitos entre fazendeiros e pequenos produtores no Vale do Jequetinhonha, em Minas Gerais. Discute também a prática dos sindicatos com relação aos conflitos, pois se as equipes pastorais atuantes no Vale orientam os trabalhadores no sentido de encaminhar as disputas com os fazendeiros pela via judicial, nos sindicatos firmam-se acordos realizados "na porteira das fazendas".

A mudança que vem ocorrendo no Vale, desde a década de 60, consiste na imposição das bases para exploração plenamente capitalista da terra: para os fazendeiros trata-se de avançar sobre as terras dos *agregados*, no interior das fazendas, e de expandir seus domínios tomando também aos pequenos produtores independentes as terras por eles ocupadas a título de posse ou propriedade.

A expropriação não se faz sem conflito: se por um lado, "...há o direito costumeiro, há normas herdadas das ordenações" há também "aquelas que acompanham mais diretamente as exigências do capitalismo como o Estatuto do Trabalhador Rural e o Estatuto da Terra". Lei e cos-

tumes, favor e contrato se entrelaçam, na argumentação entre as partes para fundamentar direitos reivindicados.

O encaminhamento das questões através de ação processual coloca os trabalhadores diante de muitos obstáculos e constrangimentos: a morosidade dos processos, a dificuldade dos trabalhadores e suas testemunhas lidarem adequadamente com os espaços judiciais, o comprometimento dos funcionários, juizes e testemunhas com o poder local ligado aos fazendeiros. Mesmo assim a via judicial é valorizada: a autora argumenta que o jurídico é uma instância contraditória que representa amparo ao mesmo tempo que desamparo para os dominados, que ratifica perdas sofridas por eles mas também representa a possibilidade de recorrer a instâncias cada vez mais altas, diante de decisões consideradas lesivas aos seus direitos. Finalmente, a instância do jurídico tem pelo menos o mérito de propiciar a socialização dos conflitos, de torná-los públicos e assim, explicitar os termos das disputas.

Mas levar uma questão à justiça é romper com a lógica do *favor* e inseri-la no âmbito do contrato, regido pela lei. Ora, segundo Margarida Moura, há um descompasso entre a legislação trabalhista e as relações sobre as quais ela se aplica para equacionar demandas. Neste sentido, a lei trabalhista escapa o direito que pelo código costumeiro o agregado tinha sobre a terra.

Quanto aos acordos firmados nos sindicatos, é como se neles estivesse suprimida qualquer possibilidade de compensação e barganha entre as partes. Em todos os documentos o que aparece nítido são os artifícios em defesa dos direitos reclama-

dos pelos fazendeiros e a negação dos direitos devidos aos trabalhadores. Uma síntese construída a partir de uma série desses documentos poderia resultar no seguinte: o trabalhador declara que mora de favor em casa de propriedade do sr. fulano, dono também das terras, e de quem ele declara não ser agregado, nem empregado e, por ser analfabeto, roga ao sr. fulano (fazendeiro) que assine em seu lugar e o autoriza (ao fazendeiro) a fazer uso do documento em questão para defesa de seus direitos em juízo ou fora dele.

Neste ponto, a autora faz uma apreciação crítica sobre o sindicato que tem uma prática conservadora e atua conforme a intenção dos fazendeiros quando ratifica acordos que negam aos trabalhadores o direito de acesso à terra sancionado no trato costumeiro, ao mesmo tempo que lhes negam a compensação de, como empregados, beneficiarem-se das regras do contrato.

Inspirados no mesmo Thompson de que se vale Margarida Maria Moura, perplexos diante do decreto 2.363 e da última votação sobre a reforma agrária na Constituinte, podemos ainda nos perguntar acerca da lei e do direito: que perspectivas poderão de agora em diante ter os trabalhadores rurais ao encaminhar sua luta pelos direitos à terra, já que da lei foi eliminado todo e qualquer respaldo às suas reivindicações; por outro lado, assim tão desprovido de qualquer aparência de justiça e equidade, como poderá o novo texto legal lograr legitimidade entre os trabalhadores?

Neide Esterci é coordenadora do Programa "Movimento Camponês/Igrejas" do CEDI

“Os poderosos estão nos perseguindo. Nós não tememos e vamos à luta até o fim. Porque é melhor morrer na luta do que morrer de fome. Fiquem certos, os trabalhadores, de que não fugimos da luta... Se a gente se isolar, se o sindicato é dividido, eles tomam a frente porque eles estão sentindo que estamos desorganizados. É por isso que os poderosos de Alagoa Grande ficam ameaçando, até com revólver na porta do sindicato... Companheiros, eu quero pedir a vocês, quando voltarem para casa, que se lembrem e rezem por aqueles que tombaram na luta e também por aqueles que estão lutando.”

*(Trecho de um discurso de Margarida Maria Alves no dia 1º de maio de 1983. No dia 12 de agosto daquele ano, ela foi assassinada por pistoleiros. A transferência do julgamento de seus assassinos, no último dia 22 de junho, provocou uma grande manifestação dos trabalhadores nas ruas de Alagoa Grande, Paraíba.)*

